



République  
du Burundi



Nations Unies  
Commission économique pour l'Afrique



## Session 2023 du Comité Intergouvernemental des Hauts Fonctionnaires et Experts

Commission économique des Nations Unies pour l'Afrique – Bureaux de l'Afrique Centrale et de l'Est

**Eriger l'Afrique Centrale et l'Afrique de l'Est en origines  
de qualité, et destinations d'investissements de choix,  
pour accélérer l'industrialisation, la diversification  
économique, et renforcer la sécurité alimentaire**

Club du Lac Tanganyika - Bujumbura, Burundi  
26 – 29 September 2023

**Relatório sobre a situação socioeconómica dos países da  
África Central**



@eca\_sro\_ea



@ecasroca



@eca\_official



## Índice

<b>Índice</b> .....	1
<b>Abreviaturas e acrónimos</b> .....	2
<b>Lista de Tabelas</b> .....	3
<b>Lista de gráficos</b> .....	3
<b>Lista de caixas</b> .....	4
<b>Visão geral</b> .....	4
<b>1. Tendências macroeconómicas recentes nos países da África Central e perspectivas para 2023-2025</b> .....	8
<b>1.1. Sector real e preços</b> .....	8
<b>1.1.1 Crescimento</b> .....	8
<b>1.1.2. Preços</b> .....	10
<b>1.2. Finanças Públicas</b> .....	12
<b>1.3. Sector Monetário</b> .....	14
<b>1.4. Sector externo</b> .....	15
<b>1.5. Recomendações</b> .....	16
<b>2. Desenvolvimento social recente na África Central</b> .....	17
<b>2.1. Tendências demográficas</b> .....	18
<b>2.2. Pobreza</b> .....	21
<b>2.3. Situação do emprego na África Central</b> .....	26
<b>2.4. Progressos e desafios da educação de qualidade para todos na África Central</b> .....	30
<b>2.5. Saúde</b> .....	38
<b>2.6. Recomendações</b> .....	41
<b>Referências</b> .....	42

## Abreviaturas e acrónimos

BEAC	Banco dos Estados da África Central
CEA/BSR-AC	Comissão Económica das Nações Unidas - Gabinete da África Central
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
PIB	Produto Interno Bruto
STP	São Tomé e Príncipe
ZLECAF	Zona de Comércio Livre Continental Africana

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Principais indicadores do ambiente internacional (2021-2025).....	6
Tabela 2 Crescimento da massa monetária nos países da CEEAC entre 2020 e 2022 (em % do PIB).....	14
Tabela 3 Taxas de crescimento anual da população: estimativas, 2018-2021, e cenário médio com intervalos de previsão de 95%, 2022, 2030, 2050 e 2063 (em %) .....	18
Tabela 4 Projecções demográficas dos países da CEEAC para 2030, 2050 e 2063.....	20
Tabela 5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os países da CEEAC .....	22
Tabela 6 População empregada que vive abaixo do limiar de pobreza, por género e idade (%).....	23
Tabela 7 Proporção da população abrangida por pelo menos uma protecção social (%).....	26
Tabela 8 Taxa de conclusão do ensino primário, ODS4, Indicador 4.1.2 (em %).....	30
Tabela 9 Taxa de conclusão do ensino secundário inferior, ODS4, Indicador 4.1.2 (%).....	31
Tabela 10 Despesa pública com a educação em 2018 e 2020 (em % do PIB).....	36
Tabela 11 Despesa pública com a educação (em % da despesa pública) .....	37
Tabela 12 Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos).....	39
Tabela 13 Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados-vivos) .....	40
Tabela 14 Despesas públicas no sector da saúde (em % do PIB) .....	40

## Lista de gráficos

<b>Gráfico 1</b> Tendências do crescimento real e da inflação na África Central de 2018 a 2022 e perspectivas para 2023-2025 .....	9
<b>Gráfico 2</b> Crescimento real do PIB nos países da CEEAC em 2021-2022 (%).....	10
<b>Gráfico 3</b> Tendências da inflação nos países da África Central em 2022 .....	11
<b>Gráfico 4</b> Saldo orçamental global dos países da CEEAC em 2021 e 2022 (% do PIB) .....	13
<b>Gráfico 5</b> Saldo da balança de transacções correntes dos países da CEEAC em 2021 e 2022 (% do PIB).....	15
<b>Gráfico 6</b> Taxa de fertilidade total (nados-vivos por mulher), 2018, 2022, 2030, 2050.....	19
<b>Gráfico 7</b> População empregada a viver abaixo do limiar de pobreza, com 15 ou mais anos, por género, em 2019 (último ano disponível), em %.....	24
<b>Gráfico 8</b> População empregada que vive abaixo do limiar de pobreza, por grupo etário, em 2019 (último ano disponível), %. .....	25
<b>Gráfico 9</b> Sectores do emprego na África Central em 2021 (%) .....	27
<b>Gráficos 10</b> Emprego e género na África Central em 2021 (%) .....	27
<b>Gráfico 11</b> Taxa de desemprego na África Central de 2018 a 2022 (%).....	28
<b>Gráfico 12</b> Taxa de desemprego por género em África em 2022 (%).....	28
<b>Gráfico 13</b> Crescimento do emprego informal na África Central, por género, de 2018 a 2022 (%).....	29
<b>Gráfico 14</b> Crescimento do emprego informal na África Central, por género, de 2018 a 2022 (%).....	29
<b>Gráfico 15</b> Taxa de conclusão do ensino primário, por género, em 2020* (%).....	33

<b>Gráfico 16</b> Taxa de conclusão do ensino secundário inferior, por género, em 2020* (%) .....	33
<b>Gráfico 19</b> Taxas de conclusão, ensino primário, zonas urbanas vs. zonas rurais, último ano disponível (%) .....	35
<b>Gráfico 20</b> Taxas de conclusão, ensino secundário inferior, zonas urbanas vs. zonas rurais, último ano disponível (%).....	35
<b>Gráfico 21</b> Despesa pública na educação (% PIB) e taxas de conclusão do ensino primário.....	37
<b>Gráfico 22</b> Despesa pública com a educação (% PIB) e taxas de conclusão do ensino secundário inferior.....	37
<b>Gráfico 23</b> Mortes de crianças com menos de 5 anos em 2021 (%).....	39

## Lista de caixas

<b>Caixa:2</b> : Quadro de Acção Educação 2030 e o financiamento da educação .....	36
--	----

## Visão geral

Em 2022 a actividade económica evoluiu num contexto internacional marcado pelos efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, que levou a uma queda no fornecimento de matérias-primas e ao aumento dos preços das matérias-primas e da energia. A **economia mundial**, tendo herdado três anos de crise ligada à pandemia de COVID-19, abrandou para 3,5 % em 2022 (de 6,3 % em 2021), prevendo-se que continue a abrandar em 2023 e 2024 para uma

média de 3,0 %, na sequência do agravamento das condições financeiras mundiais. Em 2025, a economia mundial vai recuperar gradualmente para 3,2%, apoiada pela atenuação das perturbações na cadeia de abastecimento e no fornecimento de energia e alimentos. Nos **países avançados**, o crescimento abrandou para 2,7% em 2022 (de 5,4% em 2021). O abrandamento deverá continuar em 2023 e 2024. **Nos países emergentes e em desenvolvimento**, o crescimento também abrandará em 2022 (4,0% em 2022, em comparação com 6,8% em 2021). Em 2023-25, espera-se que o crescimento seja, em média, de cerca de 4,0 %, devido, em particular, à reabertura das fronteiras na China e à recuperação da actividade económica em todo o mundo.

No que respeita aos preços, a inflação mundial continuou a aumentar em 2022, atingindo 8,7%, em comparação com 4,7% em 2021. Em 2023, deverá baixar gradualmente para 6,8%, depois para 5,2% em 2024 e 3,9% em 2025, graças, nomeadamente, ao endurecimento maciço e simultâneo das políticas monetárias dos bancos centrais e à queda dos preços dos combustíveis e das matérias-primas energéticas, em particular nos Estados Unidos, na zona euro e na América Latina.

Na **África Subsariana**, depois a forte queda registada em 2020 (-1,6% em comparação com 3,2% em 2019) devido às restrições causadas pela pandemia de COVID-19, o crescimento na região recuperou para 4,8% em 2021. Em 2022, registar-se-á um novo abrandamento, devido, nomeadamente, à queda da procura de bens exportados pelos países da região, em resultado da perturbação das cadeias de abastecimento, e ao aumento das taxas de juro dos bancos centrais na maioria dos países, a fim de combater a inflação. Prevê-se que o crescimento abraque para 3,9% em 2022 e que continue a diminuir em 2023, para 3,5%, pelo segundo ano consecutivo, num contexto de enfraquecimento da actividade económica mundial.

A partir de 2024, deverá assistir-se a uma recuperação da actividade económica, sustentada pela atenuação das perturbações nas cadeias de abastecimento, bem como no fornecimento de matérias-primas e géneros alimentícios. O crescimento deverá acelerar para 4,1% em 2024-25.

Em termos de tendências de preços, a região tem continuado a registar níveis elevados (2 dígitos) de inflação desde 2020. Em 2022, prevê-se que a inflação média seja de 14,5 %, em comparação com 11,0 % em 2021. Esta situação resulta de um aumento da inflação dos produtos alimentares em todos os países da região, devido ao aumento dos preços mundiais dos combustíveis e dos produtos alimentares causado pela crise entre a Rússia e a Ucrânia. Em 2023, a inflação global continuará a ser elevada, com 14,0%, enquanto a partir de 2024 as pressões inflacionistas deverão começar a abrandar. Enquanto grande importador líquido de produtos alimentares e energéticos, a África Subsariana deverá beneficiar em 2024 da descida dos preços mundiais destes produtos (que começou em 2023 e deverá continuar até 2025). Este facto contribuirá significativamente para o abrandamento da inflação global na região, que deverá atingir 10,5% em 2024 e 8,7% em 2025.

**Tabela1:** Principais indicadores do ambiente internacional (2021-2025)

INDICADORES (em %, salvo indicação em contrário)	2021	2022*	2023**	2024**	2025**
<b>Crescimento real do PIB</b>					
Economia mundial	6,3	3,5	3,0	3,0	3,2
Países avançados	5,4	2,7	1,5	1,4	1,8
Países emergentes e em desenvolvimento	6,8	4,0	4,0	4,1	4,0
África Subsariana	4,7	3,9	3,5	4,1	4,1
<b>Inflação</b>					
Economia mundial	4,7	8,7	6,8	5,2	3,9
Países avançados	3,1	7,3	4,7	2,8	2,1
Países emergentes e em desenvolvimento	5,9	9,8	8,3	6,8	5,2
África Subsariana	11,0	14,5	14,0	10,5	8,7

Fonte: FMI, *World Economic Outlook (julho e abril de 2023)*, \*estimativa, \*\*previsão

Na África Central<sup>1</sup>, a recuperação económica iniciada em 2021 prosseguiu em 2022 graças ao dinamismo da actividade económica em todos os Estados-Membros. O crescimento real sub-regional está estimado em 4,2% em 2022, um aumento de 1,3 pontos em relação a 2021. No que respeita aos preços, a região tem continuado a enfrentar fortes pressões inflacionistas desde 2018. Em 2022, o aumento dos preços das matérias-primas devido à queda da oferta de cereais exerceu uma forte pressão sobre os preços. A inflação média na região acelerou para 12,8%, impulsionada pelos elevados níveis de preços médios em Angola (21,4%), Burundi (18,9%), São Tomé e Príncipe (18,0%) e Ruanda (13,9%).

A gestão das finanças públicas na região resultou num excedente orçamental em 2022 equivalente a 1,45% do PIB, uma melhoria em relação a 2021, quando se situou em 0,24% do PIB. Este desempenho está relacionado com a recuperação da actividade económica iniciada em 2021, na sequência do levantamento gradual das restrições impostas no âmbito da luta contra a COVID-19, combinada com a recuperação dos preços das matérias-primas, em especial do petróleo bruto.

Além disso, o comércio externo dos países da CEEAC prosseguiu a recuperação iniciada em 2021. O saldo da balança corrente da região manteve-se excedentário em 2022, situando-se em 3,1 % do PIB (em comparação com 1,5 % do PIB em 2021), graças, em particular, aos bons desempenhos de Angola (11,0 % do PIB) e do Congo (19,4 % do PIB).

Em termos de desenvolvimento social, o crescimento demográfico abrandou devido a uma diminuição da taxa de natalidade, mas as taxas de fecundidade continuam a ser elevadas. Os países da sub-região, que se encontram na segunda fase da transição demográfica, são confrontados com os desafios de uma população jovem. A pobreza continua a ser outro desafio importante na sub-região. As mulheres e os jovens são os mais vulneráveis à pobreza e estão mais expostos ao risco de desemprego e de pobreza activa.

<sup>1</sup> A África Central abrange os 11 países da CEEAC: Angola, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

O emprego informal continua a ser a forma dominante de emprego, e os sectores industrial e dos serviços absorvem timidamente a mão-de-obra disponível, que se encontra principalmente no sector agrícola.

Além disso, há ainda muito a fazer em termos de protecção social, com as redes de segurança social a cobrirem apenas uma pequena parte dos membros mais pobres da população.

Nos domínios da educação e da saúde, apesar dos esforços significativos realizados pelos países em termos de despesas nestas áreas, há ainda muito a fazer para garantir que os objectivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 sejam alcançados. São necessários esforços para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, em benefício de todos, especialmente dos mais vulneráveis.



## **1. Tendências macroeconómicas recentes nos países da África Central e perspectivas para 2023-2025**

Nos últimos anos, a África Central, à semelhança de outras sub-regiões do continente, tem sido marcada por crises económicas, climáticas e de segurança, cujo impacto tem tido um grande efeito nas economias dos seus Estados Membros. Estes últimos estão cada vez mais conscientes da necessidade de acelerar a diversificação económica e de desenvolver a capacidade de produção para resistir a choques sistémicos e proteger as suas economias contra perturbações globais como os choques petrolíferos, a pandemia de COVID-19 e o conflito russo-ucraniano. Esta tomada de consciência está enraizada na Agenda 2063 da União Africana e na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que foram adoptadas pelos líderes da região e constituem os dois principais quadros estratégicos para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. O presente documento analisa a dinâmica económica recente dos países da África Central, examinando uma série de indicadores-chave de desempenho macroeconómico, a fim de chamar a atenção das autoridades dos países para a necessidade de continuar a implementar as reformas económicas necessárias para garantir que a África Central explore plenamente o seu potencial económico com vista a um desenvolvimento económico inclusivo e sustentável, em conformidade com as duas Agendas 2030 e 2063.

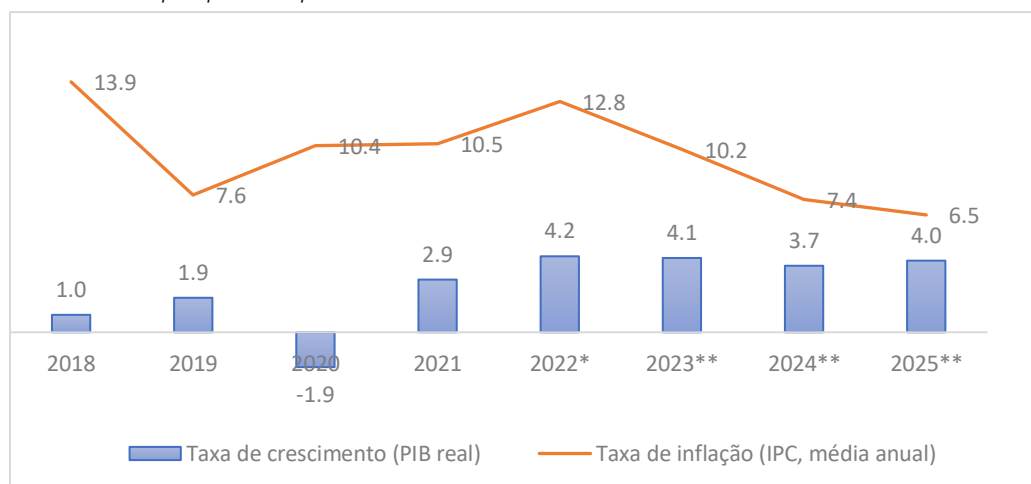
### **1.1. Sector real e preços**

#### **1.1.1 Crescimento**

Depois dois anos sucessivos de dinamismo económico, em que o crescimento real se situou em 1,0% e 1,9% em 2018 e 2019, respectivamente, a região contraiu-se para 1,9% em 2020, sofrendo as perturbações causadas pela crise sanitária relacionada com a COVID-19, em particular a perturbação dos circuitos de abastecimento em resultado das restrições à circulação de pessoas em todo o mundo. Em 2021, o dinamismo da actividade económica na maioria dos Estados membros da CEEAC (nomeadamente Angola, Ruanda, Burundi, Camarões, Congo, RCA, Gabão, RDC e São Tomé e Príncipe) permitiu um regresso ao crescimento. O crescimento real do PIB acelerou para 2,9%, impulsionado principalmente pelos desempenhos económicos do Ruanda (+10,9%), da RDC (+8,9%), dos Camarões (+3,6%) e do Burundi (+3,1%).

A recuperação continuou em 2022, com um crescimento estimado em 4,2 %, apoiado pelos desempenhos positivos registados por todos os Estados-Membros.

**Gráfico 1** Tendências do crescimento real e da inflação na África Central de 2018 a 2022 e perspectivas para 2023-2025



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do FMI

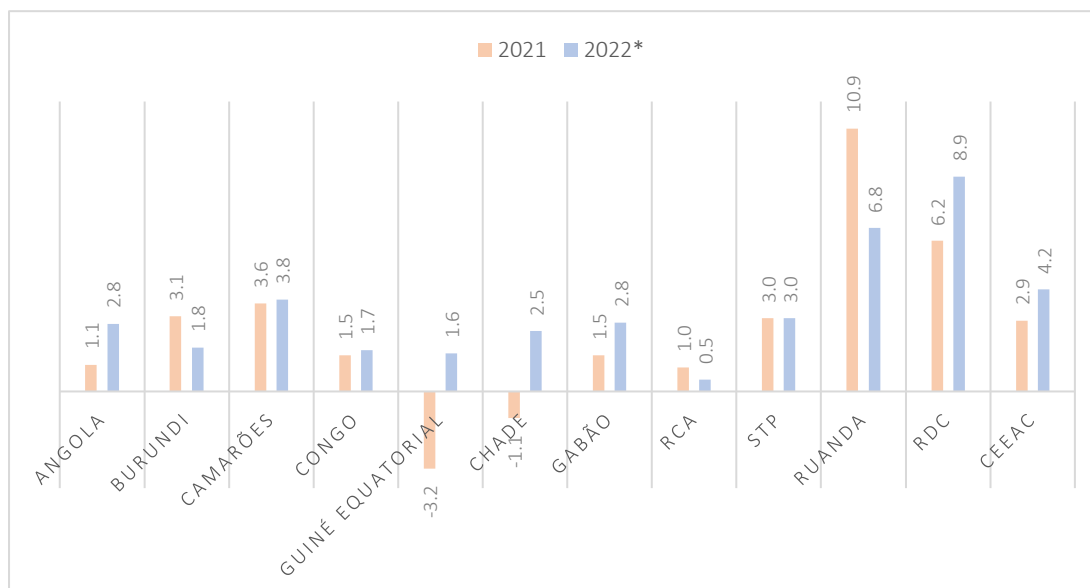
A RDC (8,9%) e o Ruanda (+6,8%) foram os países com melhor desempenho. Seguiram-se-lhes os Camarões (3,8%). Na RDC, o desempenho foi impulsionado principalmente pela produção mineira dinâmica, impulsionada pelo lançamento da mina de cobre Kamoakakula em meados de 2021, que está a realizar expansões progressivas e está no bom caminho para se tornar a terceira maior mina de cobre do mundo até 2024. O dinamismo da actividade económica no Ruanda tem sido sustentado desde 2021 por bons desempenhos nos sectores da indústria transformadora e dos serviços, combinados com um forte consumo privado, apesar de uma contracção no sector da construção e de uma fraca produção agrícola afectada pelas condições meteorológicas. Nos Camarões, o crescimento foi sustentado em 2022 pelo sector não petrolífero (+3,9%), nomeadamente através do dinamismo dos sectores da agro-indústria e dos serviços.

No caso específico de Angola, a locomotiva da sub-região, a recuperação iniciada em 2021, após cinco anos sucessivos de recessão económica, continuou em 2022. O crescimento real do PIB acelerou para 2,8%, uma melhoria de 1,7 pontos face a 2021, suportado pela subida dos preços do petróleo e pelo aumento da produção petrolífera (o crescimento do sector petrolífero situou-se em 2,0% em 2022 face a -11,5% em 2021), bem como pela resiliência do sector não petrolífero (+3,2%).

A RCA e São Tomé e Príncipe continuam a ser os países com pior desempenho na sub-região. Na RCA, registou-se um abrandamento desde 2019, devido, nomeadamente, à persistência de importantes condicionalismos estruturais ligados a conflitos armados internos. Em 2022, a taxa de crescimento é estimada em 0,5 %, em comparação com 1 % em 2021 e 2020. Em São Tomé e Príncipe, em 2022, a economia continuou o abrandamento observado desde 2021, com uma taxa de crescimento de 0,9 % em comparação com 1,9 % no ano anterior. Este fraco desempenho está principalmente relacionado com (i) a persistente escassez de energia, (ii) os efeitos da crise sanitária ligada à COVID-19 no sector do turismo (o principal motor da economia), (iii) as inundações ocorridas no final de 2021 e no início de 2022, que causaram um abrandamento das actividades piscatórias e agrícolas, e (iv) os efeitos da guerra russo-

ucraniana, que enfraqueceram os serviços de transporte e comerciais devido ao aumento dos custos de frete e marítimos.

**Gráfico 2** Crescimento real do PIB nos países da CEEAC em 2021-2022 (%)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados de FMI

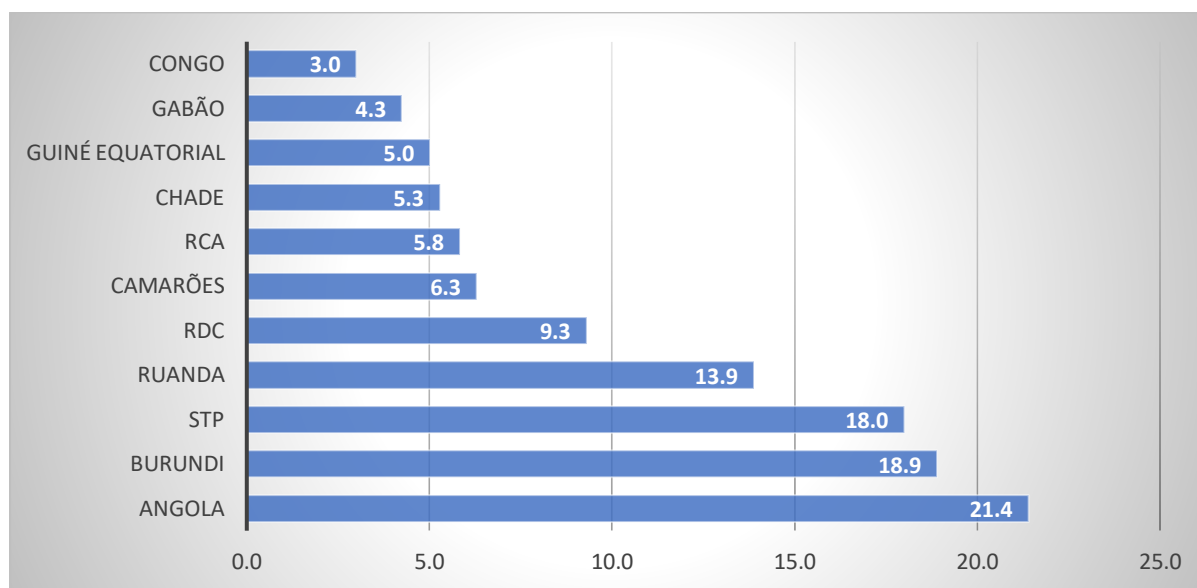
Globalmente, as perspectivas para 2023-25 são favoráveis para a sub-região, apesar das múltiplas crises e incertezas ligadas ao processo pós-eleitoral em vésperas das eleições presidenciais e legislativas em alguns países, com o risco de surgirem conflitos. Embora se verifique um ligeiro abrandamento ao longo do período, o crescimento económico na CEEAC deverá atingir 4,1% em 2023, depois 3,7% em 2024, devendo acelerar para 4,0% em 2025, impulsionado pelo dinamismo económico de alguns países como o Ruanda, a RDC, o Burundi, os Camarões e o Congo, com taxas de crescimento médias anuais de +7,1%, +6,5%, +5,1%, +4,2% e +3,9%, respectivamente.

A Guiné Equatorial seria o único país a registar uma recessão durante o período, com um crescimento estimado em -6,2%, em média, por ano, principalmente em resultado do declínio da produção petrolífera.

### 1.1.2. Preços

A região tem continuado a enfrentar fortes pressões inflacionistas desde 2018. O nível geral de preços foi, em média, de cerca de 10,6 % durante o período de 2018-2021. Em 2022, a subida dos preços foi exacerbada pelo aumento dos preços dos produtos de base devido à queda da oferta de cereais causada pela guerra russo-ucraniana. A inflação média na região acelerou para 12,8%, impulsionada pelos elevados níveis de preços médios em Angola (21,4%), Burundi (18,9%), São Tomé e Príncipe (18,0%) e Ruanda (13,9%).

**Gráfico 3** Tendências da inflação nos países da África Central em 2022



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do FMI

No Burundi e em São Tomé e Príncipe, o aumento acentuado dos preços mundiais dos alimentos e dos combustíveis intensificou as vulnerabilidades socioeconómicas. No Ruanda, o aumento da inflação em 2022 deve-se principalmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, bem como à procura interna alimentada por um forte crescimento do crédito.

Em Angola, no entanto, apesar de um nível ainda elevado de inflação em 2022, o aumento da inflação foi mantido ligeiramente sob controlo (estima-se que a inflação tenha diminuído 4,4 pontos em comparação com 2021) graças a um kwanza mais forte e aos esforços do Banco Central para restringir a política monetária, apesar do aumento dos preços mundiais das matérias-primas, dos alimentos e dos combustíveis.

Em termos prospectivos, prevê-se que a inflação média na região abrande gradualmente no período de 2023-25. Deverá situar-se em 10,2% em 2023, 7,4% em 2024 e 6,5% em 2025, apoiada pela queda dos preços médios no consumidor durante o período na maioria dos países, associada à queda dos preços mundiais das matérias-primas, dos géneros alimentícios e dos combustíveis. Em 8 países (Angola, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão e São Tomé e Príncipe), a inflação diminuirá a partir de 2023, enquanto no Ruanda, na RDC e na RCA, as pressões inflacionistas manter-se-ão antes de recuarem a partir de 2024.

No que respeita ao Ruanda, as pressões inflacionistas (acima do nível de referência de 5% do Banco Nacional do Ruanda) deverão manter-se em 2023 em +14,5%, principalmente devido à persistência de uma inflação alimentar elevada. Por outro lado, a partir de 2024, as medidas de contenção monetária previstas para apoiar o equilíbrio externo e a estabilidade dos preços deverão fazer descer gradualmente a inflação para cerca de 5%. Na RDC, depois de um novo aumento para 14,8% em 2023, a descida gradual dos preços dos géneros alimentícios e dos

combustíveis e o abrandamento das perturbações na cadeia de abastecimento global, combinados com o efeito moderador da contracção monetária sobre o consumo privado (continuação da aplicação de uma política monetária prudente pelo Banco Central), contribuirão para baixar a inflação para uma média de 7,1% no período 2024-25. Na RCA, as reformas governamentais dos preços dos combustíveis, ao aumentarem acentuadamente os preços de retalho dos combustíveis em Janeiro de 2023, pela primeira vez desde 2015, farão subir a inflação de 5,8% em 2022 para 6,3% em 2023. No entanto, na sequência de uma nova contracção monetária por parte do BEAC, a inflação média poderá descer para 2,7% em 2024 e 2,8% em 2025.

## **1.2. Finanças Públicas**

Depois o fraco desempenho em termos de finanças públicas em 2019 e 2020 (o défice orçamental global situou-se em cerca de 0,5 % e 2,3 % do PIB, respectivamente), a recuperação da actividade económica iniciada em 2021, na sequência do levantamento gradual das restrições impostas no âmbito da luta contra a COVID-19, combinada com a recuperação dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo bruto, ajudou a melhorar as finanças públicas. Em 2022, a região registou um excedente orçamental de 1,45 % do PIB, uma melhoria de 1,21 pontos em relação a 2021.

Este excedente é tanto mais notável quanto foi obtido num contexto de aumento das despesas públicas devido a medidas de apoio orçamental (nomeadamente subvenções aos produtos petrolíferos na bomba e congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade) tomadas pelos governos dos países da África Central face ao impacto negativo persistente do conflito russo-ucraniano nos produtos energéticos e alimentares.

Por país, foram registados excedentes orçamentais globais em 2022 em 7 dos 11 países, nomeadamente: Congo (8.9% do PIB comparado com 1.8% em 2021), Guine Equatorial (3.5% do PIB comparado com 2.6% em 2021), Chad (6.1% do PIB depois de um deficit de 1.9% do GDP em 2021), Ruanda (5.3% do PIB comparado com 4,7% do PIB em 2021), Gabão (1,8% do PIB depois de um défice de 1,9% do PIB em 2021), São Tomé e Príncipe (+8,1% do PIB após 1,5% em 2021) e Angola (1,7% do PIB após 3,8% em 2021) (Gráfico 4). Os excedentes orçamentais de Angola, a maior economia da África Central e principal produtor de petróleo, têm sido sustentados por preços do petróleo mais elevados e uma produção estável. O Governo angolano introduziu também flexibilidade orçamental para melhorar a mobilização de receitas, nomeadamente através do aumento da eficiência da cobrança de impostos e da redução da evasão fiscal.

Por outro lado, foram registados défices orçamentais em 2022 na RCA (-5,3% do PIB após -6,0% em 2021), nos Camarões (-1,1% do PIB após -3,0% do PIB em 2021), no Burundi (-5% do PIB após -7,8% do PIB em 2021) e na RDC (-0,5% do PIB após -1,6% do PIB em 2021). O défice orçamental do Burundi, embora menor do que em 2021, está ligado ao aumento das despesas de investimento público, bem como ao ajustamento salarial iniciado em 2016, que conduziu a um aumento da massa salarial ao longo dos anos. Foram envidados esforços de

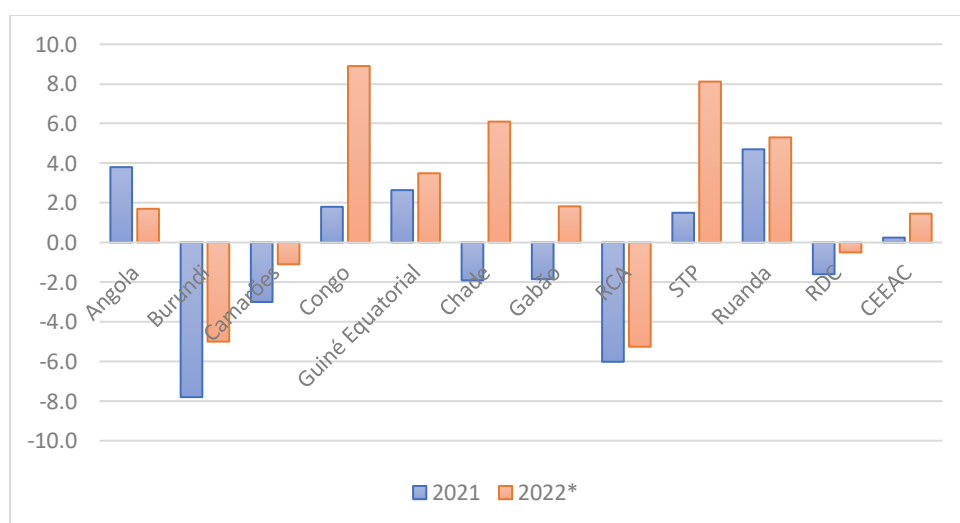
racionalização pelas autoridades públicas para melhorar as receitas, através de várias reformas iniciadas, nomeadamente (i) a digitalização, (ii) o reforço das missões de controlo e a cobrança de receitas correntes e de impostos em atraso, (iii) a tributação do sector informal, (iv) a simplificação dos procedimentos e a facilitação dos pagamentos, bem como (v) o reforço das capacidades dos agentes da administração fiscal e dos seus parceiros. Apesar destes esforços, o aumento das receitas em 2022 (+23,8 % do PIB, ou seja, mais 0,6 pontos do que em 2021) é ainda inferior às despesas públicas (+31,0 % do PIB, ou seja, mais 2,2 pontos do que em 2021).

O défice orçamental na RDC, embora também inferior ao de 2021, está ligado, nomeadamente, ao aumento dos salários dos funcionários públicos, justificado pela vontade do Estado de melhorar as suas condições sociais, e ao aumento das despesas excepcionais ligadas à segurança, bem como à redução do imposto sobre o rendimento profissional.

Nos Camarões, o aumento das receitas petrolíferas em 2022 (3,5 % do PIB, em comparação com 1,9 % do PIB em 2021) e das receitas não petrolíferas (12,1 % do PIB, em comparação com 11,8 % do PIB em 2021) também ajudou a reduzir o défice global em comparação com 2021. Na RCA, o défice orçamental, embora também mais baixo em 2022 do que em 2021, foi causado pela fraqueza da cobrança de receitas relacionada com a escassez de combustível e o abrandamento da actividade económica. Com efeito, as receitas internas mensais passaram de cerca de 11,0 mil milhões de FCFA em meados do ano para 8,5 mil milhões de FCFA. Em resposta a este défice, as autoridades procederam a um ajustamento parcial das despesas internas não prioritárias no valor de 9,5 mil milhões de FCFA (ou seja, 0,6% do PIB).

Prevê-se que as perspectivas regionais para 2023 sejam geralmente menos favoráveis, devido às incertezas tanto a nível da região como internacional. A gestão das finanças públicas deverá resultar numa diminuição do excedente orçamental para 0,2% do PIB em 2023, seguida de um défice em 2024 (-0,6% do PIB) e 2025 (-0,9% do PIB).

**Gráfico 4** Saldo orçamental global dos países da CEEAC em 2021 e 2022 (% do PIB)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do FMI

### 1.3. Sector Monetário

Durante 2021, o ano da recuperação após a COVID, a massa monetária aumentou em todos os países da CEEAC, tendo se situado em 24,6% do PIB, principalmente como resultado do aumento do crédito ao sector privado na maioria dos países. Em 2022, a massa monetária cairá para 21,6% do PIB, ocultando tendências contrárias entre os países. Este desempenho insuficiente deve-se principalmente à diminuição da massa monetária em Angola (19,5 % do PIB em 2022, em comparação com 24,4 % do PIB em 2021), na Guiné Equatorial (9,9 % do PIB em 2022, em comparação com 14,7 % do PIB em 2021), no Congo (27,5 % do PIB em 2022, em comparação com 34 % do PIB em 2021) e na RDC (19,5 % do PIB em 2022, em comparação com 21,8 % do PIB em 2021 ) (vide Tabela 2 abaixo).

**Tabela 2** Crescimento da massa monetária nos países da CEEAC entre 2020 e 2022 (em % do PIB)

	2020	2021	2022
Angola	38,4	24,4	19,5
Burundi	1,3	1,5	1,8
Camarões	26,0	29,1	29,6
Congo	35,8	34,0	27,5
Gabão	29,4	23,4	24,8
Guiné Equatorial	17,2	14,7	9,9
RCA	30,3	33,3	31,9
RDC	15,0	21,8	19,5
Ruanda	27,0	29,9	29,2
São Tomé e Príncipe	32,4	30,2	29,7
Chade	20,8	23,3	24,4
ECCAS	26,6	24,6	21,6

*Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do FMI*

Em termos de política monetária, o Banco dos Estados da África Central (BEAC)<sup>2</sup> reforçou a sua política monetária ao longo de 2022. A aceleração mais forte do que o previsto das pressões inflacionistas, atribuível em particular ao aumento acentuado dos preços mundiais dos produtos alimentares e à depreciação do euro face ao dólar americano, bem como às perturbações nos circuitos de abastecimento internacionais, conduziu a maior restrição da política monetária. No final da reunião de Setembro de 2022 do Comité de Política Monetária (CPM), o BEAC voltou a tornar a sua política monetária mais restritiva, na sequência da reunião de Março de 2022. A taxa de juro do leilão (TIAO), a taxa directora do BEAC, foi aumentada de 4,0% para 4,5%. Antecipando um aumento persistente da inflação, associado ao conflito russo-ucraniano, e em consonância com o objectivo de estabilidade interna da moeda, o CPM decidiu, na sua reunião de Março de 2023, aumentar a taxa de juro do leilão de 4,50% para 5,00%.

O Banco Central do Congo (BCC) também reforçou a sua política monetária. A taxa de juro directora foi aumentada de 7,50% em Janeiro de 2022 para 8,25% em Novembro de 2022. Na sua reunião de Março de 2023, o CPM do BCC observou que, em 17 de Março, a taxa de inflação acumulada tinha atingido 5,1%, em comparação com uma previsão de 9,7% no final de Dezembro, principalmente devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares.

---

<sup>2</sup> Banco central comum aos seis países da CEMAC (Camarões, RCA, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade)

## 1.4. Sector externo

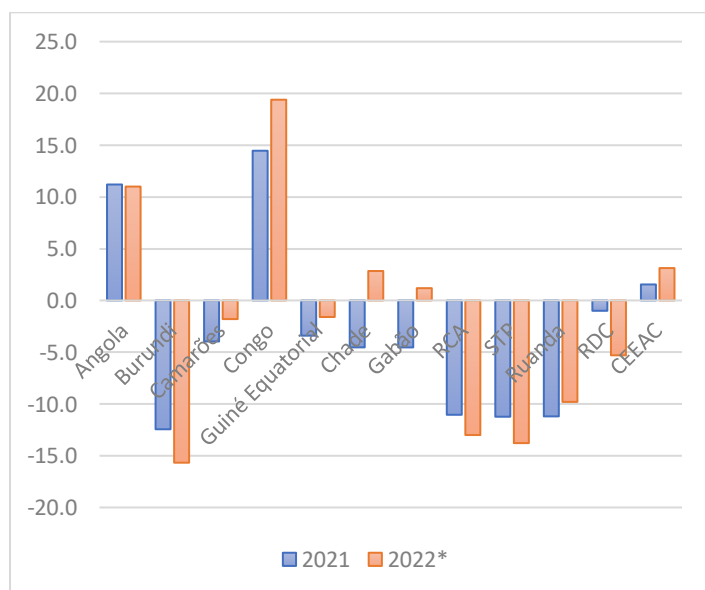
O ano de 2020 foi caracterizado por uma queda do comércio mundial associada a uma forte deterioração dos termos de troca devido ao choque sanitário ligado à pandemia da COVID-19. O sector externo dos países membros da CEEAC foi afectado pelo carácter extrovertido das suas economias, fortemente dependentes das exportações de matérias-primas e das importações de bens de consumo e de capital. Neste contexto, a balança corrente registou um défice equivalente a 2,1% do PIB sub-regional, em comparação com um pequeno excedente de 0,4% do PIB no ano anterior.

Em 2021 e 2022, o comércio externo dos países da CEEAC recuperou, com o fim gradual das restrições impostas no âmbito da luta contra a pandemia de COVID-19 e a recuperação dos preços das matérias-primas. O saldo da balança corrente da região voltou a ser excedentário (1,5% do PIB em 2021 e 3,1% do PIB em 2022), graças, nomeadamente, ao desempenho de Angola (11,2% do PIB em 2021 e 11% do PIB em 2022) e do Congo (14,5% do PIB em 2021 e 19,4% do PIB em 2022).

O Gráfico 5 ilustra as tendências contrastantes das posições externas dos países da África Central. O nível das contas correntes difere de país para país, com os exportadores de petróleo Angola e Congo a apresentarem um excedente de 11% e 19,4% do PIB, respectivamente, em 2022. Nos outros países, os défices da balança corrente aumentarão em 2022, especialmente no Burundi, na RDC, na RCA e em São Tomé e Príncipe, sob a pressão das importações de produtos alimentares e de energia. O Burundi, a RDC, a RCA e São Tomé e Príncipe registam défices da balança corrente de 15,7%, 5,3% e 13% do PIB, respectivamente, em 2022, principalmente devido a uma queda de 4,2%, 7,7% e 9,4% nos termos de troca.

Prevê-se que a balança de transacções correntes da região seja nula em 2023 e deficitária em 2024-25 (ou seja, -1,2% do PIB e -1,4% do PIB, respectivamente).

**Gráfico 5** Saldo da balança de transacções correntes dos países da CEEAC em 2021 e 2022 (% do PIB)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do FMI



## 1.5. Recomendações

A actividade económica na África Central continua a evoluir num contexto de incerteza. Com efeito, as tensões geopolíticas e a persistência do conflito russo-ucraniano poderão conduzir a novos estrangulamentos nas cadeias de abastecimento mundiais e a choques nos preços das matérias-primas exportadas pela sub-região. Além disso, as perspectivas de crescimento, embora favoráveis, não devem ocultar o facto de este continuar a ser fraco, uma vez que está demasiado próximo da taxa de crescimento demográfico (+3,0%) para se traduzir numa melhoria significativa do PIB per capita. A aceleração das pressões inflacionistas devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo agravou as desigualdades de rendimento entre as famílias dos países da África Central. Os pequenos excedentes ou défices das contas públicas e externas ilustram a dependência estrutural das economias da região em relação aos preços dos produtos de base, reflectindo assim uma necessidade de financiamento. As recomendações de política económica que se seguem podem ser formuladas com base nestes desafios e nas oportunidades que apresentam:

- Os países da África Central, através das suas comunidades económicas regionais, devem conseguir a implementação efectiva de políticas e reformas económicas destinadas a tornar a economia sub-regional muito mais competitiva e atractiva para os investidores, por um lado, e a criar ligações para trás e para a frente entre os sectores dos recursos e outros sectores da economia, por outro, com vista a promover o desenvolvimento de cadeias de valor regionais, a diversificação e a industrialização baseadas nos seus recursos naturais e impulsionadas pelo comércio, em conformidade com o espírito do Consenso de Douala de 2017;
- O novo Plano Director de Industrialização e Diversificação Económica (PDIDE) que a CEEAC elaborou visa acelerar a transformação estrutural das economias da África Central, centrando-se em actividades de elevado valor acrescentado nos sectores transformadores através do desenvolvimento de cadeias de valor industrial e de zonas económicas especiais. A Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), para a qual a CEEAC também desenvolveu uma estratégia de implementação, é um verdadeiro catalisador para estimular o comércio entre os países africanos e a sub-região, promovendo cadeias de valor regionais conducentes à integração na economia global e apoiando o desenvolvimento industrial;
- As autoridades nacionais devem controlar o mais rapidamente possível as pressões inflacionistas, nomeadamente o aumento dos preços dos produtos alimentares. A África Central dispõe de 27 milhões de hectares de terras aráveis e de quatro zonas ecológicas favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e das actividades pastoris. Através da execução do PDIDE, o objectivo é investir na agricultura para garantir a auto-suficiência e a segurança alimentar da população. Trata-se igualmente de investir em infra-estruturas de apoio a esta orientação estratégica;
- Os países da África Central precisam de melhorar a qualidade das despesas públicas, aumentando as despesas que contribuem mais para a formação bruta de capital fixo;

- Os países da África Central beneficiam colectivamente de uma vantagem planetária: o excepcional capital natural da bacia do Congo. Daí a necessidade imperiosa de operacionalizar o consórcio para a avaliação e a valorização do capital natural da África Central com vista a financiar iniciativas colectivas de desenvolvimento industrial e de diversificação económica na sub-região.

## **2. Desenvolvimento social recente na África Central**

Antecipar as alterações demográficas e compreender as tendências populacionais é essencial para o planeamento do desenvolvimento nacional e para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 para África. A Agenda 2030 coloca as pessoas no centro do desenvolvimento sustentável, ecoando os ideais estabelecidos no Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), adoptado no Cairo em 1994 (UNDESA, 2022).

De acordo com as Perspectivas da População Mundial 2022<sup>3</sup>, as recentes tendências demográficas na África Subsariana apontam para desafios futuros na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente nas áreas da redução da pobreza, educação, saúde e emprego. Por exemplo, o rápido crescimento demográfico significa que os países precisam de proporcionar escolaridade e cuidados de saúde a um número crescente de crianças, bem como educação de qualidade e oportunidades de emprego a um número crescente de jovens (UNDESA, 2022).

Uma visão global da situação socioeconómica dos países da África Central revela um abrandamento do crescimento demográfico devido a uma diminuição da taxa de natalidade, mas as taxas de fertilidade continuam a ser elevadas. Os países da sub-região, que se encontram na segunda fase da transição demográfica, são confrontados com os desafios de uma população jovem. A pobreza continua a ser outro desafio importante na sub-região, com cinco países a registarem baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e três dos cinco países com os IDH mais baixos do mundo.

As mulheres e os jovens são os mais vulneráveis à pobreza e têm mais probabilidades de estarem desempregados ou de trabalharem em situação de pobreza. As políticas de redução da pobreza devem, por conseguinte, centrar-se na promoção do trabalho digno, de rendimentos suficientes, da segurança do emprego, de um ambiente de trabalho seguro e saudável, de condições de trabalho adequadas, de oportunidades de emprego e de uma protecção social adequada, em especial para as populações mais vulneráveis.

A vulnerabilidade de uma grande parte dos empregos disponíveis na África Central é também um problema importante. O emprego informal continua a ser a forma dominante de emprego e os sectores industrial e dos serviços absorvem timidamente a mão-de-obra disponível, que se encontra principalmente no sector agrícola.

---

<sup>3</sup> As *Perspectivas da População Mundial 2022* são a vigésima sétima edição das estimativas e projecções oficiais da população mundial publicadas pelas Nações Unidas desde 1951, através da Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais.

Além disso, há ainda muito a fazer em termos de protecção social, com as redes de segurança social a cobrirem apenas uma pequena parte dos membros mais pobres da população.

Nos domínios da educação e da saúde, apesar dos esforços significativos realizados pelos países em termos de despesas nestas áreas, há ainda muito a fazer para garantir que os objectivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 sejam alcançados. São também necessários esforços para garantir que os recursos são utilizados de forma eficiente, em benefício de todos, especialmente dos mais vulneráveis.

## 2.1. Tendências demográficas

A população total da África Central em 2022 será de 222,74 milhões de habitantes. Deverá atingir 280,44 milhões até 2030, data prevista na Agenda 2030, e 571,88 milhões até à data prevista na Agenda 2063 para África.

A África Subsariana é reconhecida como a região com o mais forte crescimento demográfico, prevendo-se que a população quase duplique para mais de 2 mil milhões de pessoas até ao final da década de 2040. A África Central representará 19% da população da África Subsariana em 2022. Nas datas previstas nas agendas de 2030 e 2063, a população da África Central deverá representar quase um quarto da população da África Subsariana, com 21,5% e 22,4%, respectivamente.

### *A maioria dos países teve a sua população estabilizada*

Entre 2018 e 2022, enquanto alguns países da África Central continuaram a registar um crescimento demográfico (RCA, RDC, São Tomé e Príncipe), a maioria viu a sua população estabilizar ou começar a diminuir. De facto, 8 dos 11 países da região registam um abrandamento do crescimento demográfico entre 2018 e 2022.

Só a RDC representa quase 45% da população da África Central. É um dos 8 países do mundo que será responsável por mais de metade do aumento projectado da população mundial entre 2022 e 2050<sup>4</sup>.

**Tabela 3** Taxas de crescimento anual da população: estimativas, 2018-2021, e cenário médio com intervalos de previsão de 95%, 2022, 2030, 2050 e 2063 (em %)

	2018	2019	2020	2021	2022	2030	2050	2063
Burundi	3,52	3,02	2,72	2,62	2,70	2,43	1,70	1,27
Ruanda	2,41	2,37	2,42	2,33	2,30	2,02	1,40	1,02
Angola	3,42	3,37	3,17	3,16	3,03	2,76	2,00	1,55
Camarões	2,80	2,75	2,67	2,60	2,60	2,34	1,73	1,34
RCA	2,04	2,41	2,66	1,58	2,83	3,00	1,89	1,37
Chade	3,47	3,13	3,19	3,14	3,09	2,82	2,01	1,52
Congo	2,39	2,32	2,35	2,29	2,27	2,14	1,58	1,27
RDC	3,20	3,17	3,28	3,17	3,23	3,06	2,24	1,75
Guiné Equatorial	3,41	3,26	2,22	2,54	2,35	2,05	1,29	0,90

<sup>4</sup> De acordo com o WPP 2022, mais de metade do aumento projectado da população mundial entre 2022 e 2050 deverá concentrar-se em apenas oito países: República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Índia, Nigéria, Paquistão, Filipinas e República Unida da Tanzânia.

Gabão	2,33	2,25	2,14	2,05	1,99	1,75	1,23	0,88
São Tomé e Príncipe	1,54	1,51	2,21	1,84	1,96	1,87	1,31	1,01
África Subsariana	2,62	2,62	2,60	2,51	2,50	2,32	1,66	1,27

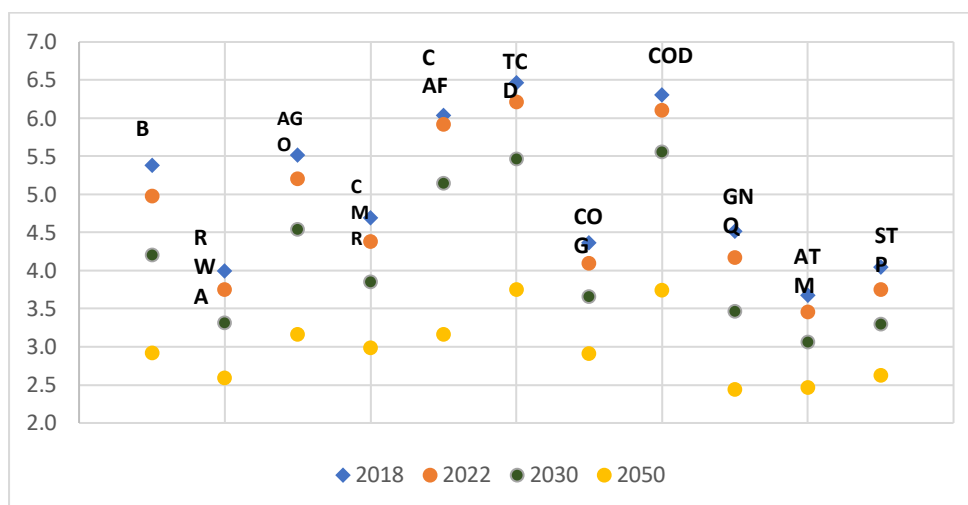
Fonte: CEA/BSR-AC, com base em dados do World Population Prospect, UNDESA, 2022

**O crescimento demográfico está a abrandar devido à diminuição do número de nascimentos, mas as taxas de fertilidade permanecem elevadas**

As tendências na dimensão da população e na estrutura etária dependem principalmente das taxas de fertilidade e mortalidade, que diminuíram em todos os países da região entre 2018 e 2022. De facto, o ritmo de crescimento da população abrandou em resultado da queda das taxas de fertilidade entre 2018 e 2022<sup>5</sup>. No entanto, os países continuam a registar taxas de fertilidade elevadas, que variam entre 3,46 nascimentos por mulher no Gabão e 6,22 nascimentos por mulher no Chade. Na sub-região, 5 países registam taxas de fertilidade superiores à média subsariana (4,52 nascimentos por mulher em 2022).

As previsões da ONU confirmam uma redução significativa da taxa de fertilidade, ou seja, do número médio de nascimentos por mulher durante a vida, até 2030 em todos os países da região (Gráfico 6). No entanto, as previsões para 2030 e 2050 sugerem taxas de fertilidade ainda elevadas e muito superiores à média mundial (2,27 e 2,15 nascimentos por mulher, em 2030 e 2050, respectivamente).

**Gráfico 6** Taxa de fertilidade total (nados-vivos por mulher), 2018, 2022, 2030, 2050



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do World Population Prospect, UNDESA, 2022

Os países da região encontram-se na segunda fase da transição demográfica, que se caracteriza pela diminuição das taxas de mortalidade e por taxas de fecundidade decrescentes, mas ainda elevadas, como acontece em toda a África (Magrin e Ninot, 2020). Isto significa que a população está a crescer rapidamente, mas espera-se que a taxa de crescimento abrande à medida que as taxas de fertilidade continuam a diminuir.

<sup>5</sup>O crescimento da população é influenciado por uma complexa interacção de factores, incluindo a fertilidade, a mortalidade e a migração. Este capítulo centrar-se-á na fertilidade.

A transição demográfica é um processo complexo com implicações importantes para os factores sociais, económicos e culturais, a urbanização e as melhorias necessárias nos cuidados de saúde e na educação. Subsistem desafios significativos, nomeadamente no que respeita à prestação de serviços públicos a uma população que continua a ser jovem (Canning et al., 2015).

De facto, a estrutura etária da população é importante porque as diferentes idades interagem de forma diferente com a economia, modificando também o desempenho da economia. A exploração do dividendo demográfico exige investimentos na saúde e na educação e políticas económicas que absorvam o aumento da oferta de mão-de-obra na economia, permitindo às pessoas poupar e investir para a sua futura reforma.

***A estrutura da população caracteriza-se por uma elevada proporção de jovens e uma proporção relativamente baixa, mas crescente, de idosos.***

De acordo com estimativas recentes, em 2021, a idade média da população na sub-região<sup>6</sup> variará entre 14,7 anos na República Centro-Africana e 21,6 anos no Gabão. Seis dos 11 países da região têm uma idade relativamente baixa em comparação com os 17,6 anos da África Subsariana (que é também a mais baixa do mundo).

A idade média da população também aumentou nos últimos anos. Isto sugere que a região está a caminhar para uma fase de envelhecimento da população, embora menos alarmante do que noutras regiões do mundo. Embora a população dos países da África Central continue a ser jovem em comparação com outras regiões do mundo, esta tendência progressiva sublinha a importância de os países da região se prepararem para pôr em prática medidas e programas adaptados à proporção crescente de idosos, nomeadamente através do reforço dos sistemas de segurança social e de pensões, bem como dos sistemas de saúde e de cuidados para os idosos.

**Tabela 4** Projecções demográficas dos países da CEEAC para 2030, 2050 e 2063<sup>7</sup>  
(em milhões de habitantes)

	2030	2050	2063
Burundi	15,801	24,209	29,277
Ruanda	16,376	23,030	26,952
Angola	44,912	72,328	91,008
Camarões	34,051	51,280	62,526
RCA	7,104	11,533	14,261
Chade	22,460	36,452	45,849
Congo	7,115	10,379	12,481
RDC	127,582	217,494	281,587
Guiné Equatorial	2,000	2,791	3,213
Gabão	2,775	3,757	4,303
São Tomé e Príncipe	0,265	0,367	0,426

<sup>6</sup> De acordo com os dados do WPP 2022 do UNDESA, a idade média da população mundial em 2021 é de 30 anos. Na sub-região, a idade mediana da população é de 15,6 anos para o Burundi, 19 anos para o Ruanda, 16,2 anos para Angola, 17,5 anos para os Camarões, 14,7 anos para a República Centro-Africana, 15 anos para o Chade, 18,2 anos para o Congo, 15,6 anos para a República Democrática do Congo, 20,9 anos para a Guiné Equatorial, 21,6 anos para o Gabão e 18,4 anos para São Tomé e Príncipe.

<sup>7</sup> Projecção de acordo com o cenário médio. Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População (2022). Perspectivas da População Mundial 2022, Edição Online.

Total África Central	280,441	453,62	571,883
----------------------	---------	--------	---------

Fonte: *World Population Prospects. UNDESA 2022, edição em linha.*

O crescimento da população está associado a uma série de desafios e tem consequências para a pobreza, migração e o desenvolvimento. Pode afectar a prestação de serviços públicos e a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devido à pressão sobre os recursos disponíveis.

Por exemplo, até à data prevista na Agenda 2030, as mulheres representarão metade da população da África Central<sup>8</sup>. Isto reforça a importância de promover o acesso das mulheres aos serviços públicos, mas também a necessidade de garantir a prestação de serviços que satisfaçam as necessidades específicas das mulheres e raparigas, tal como estabelecido nos ODS.

## 2.2. Pobreza

Num contexto em que a pandemia da COVID-19 continua a dar origem a novas variantes, a guerra na Ucrânia e as suas repercussões em todo o mundo, novas catástrofes climáticas e ecológicas que ameaçam o planeta, crises de segurança emergentes, etc., as camadas de incerteza estão a acumular-se e a interagir para dificultar os esforços para o alcance do desenvolvimento sustentável e redução da pobreza na África Subsariana.

Globalmente, entre 1990 e 2015, a taxa de pobreza extrema no mundo diminuiu de 36% para 10%<sup>9</sup>. No entanto, o ritmo da mudança abrandou. De acordo com um artigo publicado pelo UNU-WIDER, 500 milhões de pessoas, ou seja, 8% da população mundial, correm o risco de cair na pobreza em resultado das consequências económicas da pandemia de COVID-19 (Sumner et al, 2020).

Esta subsecção fornece uma visão geral da situação da pobreza na sub-região, com base no ODS1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo. Devido à dificuldade de obter dados disponíveis e harmonizados para os países da sub-região, a secção apresenta uma análise do índice de desenvolvimento humano e da pobreza dos trabalhadores (ODS1, indicador 1.1.1).

### ***3 Países da região estão classificados entre os cinco países com o índice de desenvolvimento humano mais baixo do mundo***

Na zona da CEEAC, apenas o Gabão é classificado como um país com elevado desenvolvimento humano, o que implica que o país oferece um nível de vida geralmente elevado, com cuidados de saúde, educação e oportunidades de remuneração decentes. Cinco países (São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Angola, Camarões e Congo) têm índices de desenvolvimento humano médios. Por outro lado, o Ruanda, a RDC, o Burundi, a República

---

<sup>8</sup> De acordo com as estimativas, as mulheres representarão 48% da população da Guiné Equatorial; 49% da população do Gabão; 50% da população do Burundi, Camarões, RCA, Chade, Congo, RDC e STP; e 51% da população do Ruanda e de Angola.

<sup>9</sup> <https://www.un.org/sustainabledevelopment/fr/poverty/>

Centro-Africana e o Chade têm índices de desenvolvimento humano baixos. Três países da região (Burundi, República Centro-Africana e Chade) estão entre os cinco países com os níveis mais baixos de desenvolvimento humano no mundo (Tabela 5). Isto implica que, nestes três países, o nível de desenvolvimento humano é insuficiente para satisfazer as necessidades básicas da população. Estes países combinam uma baixa esperança de vida, baixos níveis de educação, rendimentos inadequados e uma fraca qualidade de vida. Esta situação resulta de dificuldades na prestação de serviços básicos às suas populações, como o acesso à água potável, à alimentação e aos cuidados de saúde.

**Tabela 5** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os países da CEEAC

Posição no IDH	País	2021	Comentários
112	<b>Gabão</b>	0,706	IDH elevado
138	<b>São Tomé e Príncipe</b>	0,618	IDH médio
145	<b>Guiné Equatorial</b>	0,596	IDH médio
148	<b>Angola</b>	0,586	IDH médio
151	<b>Camarões</b>	0,576	IDH médio
153	<b>Congo</b>	0,571	IDH médio
165	<b>Ruanda</b>	0,534	IDH baixo
179	<b>RDC</b>	0,479	IDH baixo
187	<b>Burundi</b>	0,426	IDH baixo
188	<b>RCA</b>	0,404	IDH baixo
190	<b>Chade</b>	0,394	IDH baixo

*Fonte: PNUD 2022 (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2021-22)*

Qual é a posição dos países da região em relação ao Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS1), que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo?

***Na maioria dos países da região, um emprego não é garantia de condições de vida decentes e de saída da pobreza.***

A proporção de trabalhadores pobres é um indicador relevante para a análise da pobreza, fornecendo informações relevantes sobre a ligação entre emprego e pobreza, o que é crucial para o desenvolvimento de políticas eficazes<sup>10</sup>. De facto, a OIT (2019) revela que as diferenças entre as taxas de pobreza no trabalho e as taxas de pobreza não são significativas. Embora o emprego não exponha os indivíduos a um maior risco de pobreza, não é uma garantia contra a pobreza. As pessoas empregadas são tão vulneráveis à pobreza como as outras, o que sublinha a necessidade de redobrar os esforços para garantir um trabalho digno para todos.

O emprego deve ser uma via para sair da pobreza, desde que a sua qualidade seja adequada, com trabalho digno, rendimento suficiente, segurança no emprego e um ambiente de trabalho seguro e saudável.

---

<sup>10</sup> Para efeitos de comparabilidade internacional, o limiar de pobreza considerado nesta secção refere-se a um limiar de pobreza absoluta internacional de 1,90 USD per capita por dia em paridade de poder de compra.

Quando consideramos a proporção da população empregada (com 15 anos ou mais) que vive abaixo do limiar de pobreza<sup>11</sup>, em particular o indicador 1.1.1 do ODS1, as estatísticas de 2022 revelam que em 7 dos 9 países da zona da CEEAC, mais de um terço dos trabalhadores vive na pobreza. Isto implica que, na maioria dos países da região, ter um emprego não significa necessariamente que um indivíduo esteja em condições de escapar à pobreza (Tabela 6).

Para além de oferecer um nível de vida geralmente elevado (IDH elevado), o Gabão apresenta algumas estatísticas particularmente interessantes, com apenas 1,6% da população empregada a viver abaixo do limiar de pobreza em 2022. O país é seguido pelos Camarões, com 19,6% da população activa (ou seja, 2 pessoas em cada 10) a viver abaixo do limiar de pobreza.

**Tabela 6** População empregada que vive abaixo do limiar de pobreza, por género e idade (%)

	2018	2019	2020	2021	2022
Angola	43,8	46,1	49,6	50,6	50,6
Burundi	77,5	78,1	79,4	79,6	79,7
Camarões	20,0	19,7	20,4	20,1	19,6
RCA	61,7	61,6	61,4	61,9	61,5
Chade	33,2	32,7	34,9	36,8	36,8
Congo	52,1	53,4	57,7	60,3	60,1
RDC	68,0	67,3	68,2	67,1	66,0
Gabão	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6
Ruanda	46,9	43,1	46,3	42,5	40,3

*Fonte: ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023*

As estatísticas da Tabela 6 mostram um aumento da população activa, pobre entre 2018 e 2022 em Angola, no Burundi, no Chade e no Congo, enquanto o inverso se verifica no Ruanda, no Gabão, na RDC, na República Centro-Africana e nos Camarões. Os progressos pouco animadores da região recordam a necessidade de redobrar os nossos esforços para reduzir a pobreza.

### ***As mulheres têm mais probabilidades de trabalhar em situação de pobreza do que os homens***

Uma análise separada dos dados sobre as taxas de pobreza no trabalho por género mostra a persistência das desigualdades entre homens e mulheres. De facto, em todos os países da região para os quais existem dados disponíveis, as mulheres empregadas são mais vulneráveis à pobreza do que os homens empregados (Gráfico 7). Isto é mesmo verdade no Gabão, onde, apesar de a taxa de pobreza no trabalho ser extremamente baixa, a pobreza no trabalho é predominantemente feminina.

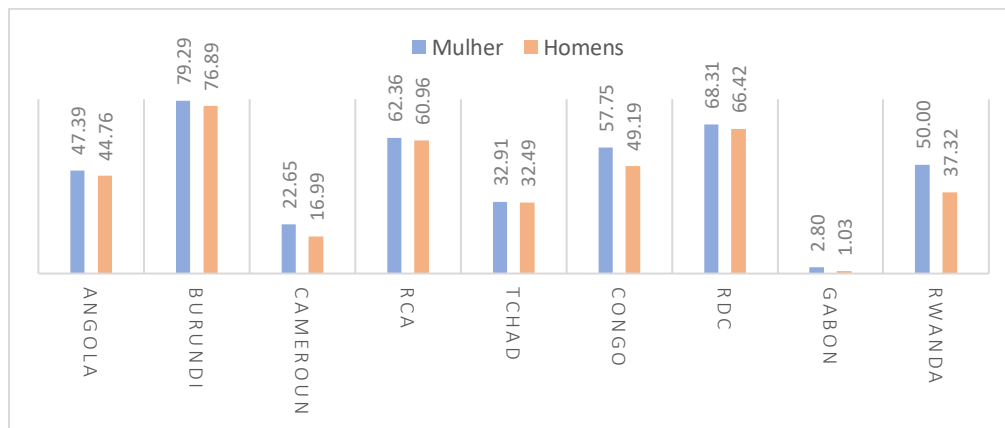
---

<sup>11</sup> A proporção da população empregada que vive abaixo do limiar de pobreza internacional de 1,90 USD por dia, também conhecida como taxa de pobreza no trabalho, é definida como a proporção de indivíduos que estão empregados mas que ainda se encontram abaixo do limiar de pobreza definido pela norma internacional.



A diferença mais significativa é observada no Ruanda, onde 50% das mulheres empregadas, em comparação com 37% dos homens empregados, são pobres. O Ruanda é seguido pelo Congo, onde quase 58% das mulheres empregadas são pobres, em comparação com 49% dos homens empregados pobres.

**Gráfico 7** População empregada a viver abaixo do limiar de pobreza, com 15 ou mais anos, por género, em 2019 (último ano disponível), em %.



Fonte: TCE/BSR-AC com base nos dados do indicador 1.1.1 do ODS1, Base de dados de indicadores dos ODS da Divisão de Estatística das Nações Unidas, consultada em 01 de Agosto de 2023.

As mulheres estão mais expostas ao risco de trabalhar em situação de pobreza do que os homens. Este é o resultado da discriminação acumulada ao longo do ciclo de vida, que afecta o investimento em capital humano e o retorno desse investimento no mercado de trabalho. Mas também decorre das características do mercado de trabalho e das políticas públicas em vigor, que não têm em conta factores como o triplo papel das mulheres: reprodução, produção e trabalho comunitário. Este facto sublinha a necessidade de políticas que melhorem a qualidade do emprego das mulheres, incluindo políticas que facilitem o equilíbrio entre o trabalho e as responsabilidades familiares.

### ***Os jovens trabalhadores têm mais probabilidades de cair na pobreza extrema do que os trabalhadores adultos***

Em todos os países da região para os quais existem dados disponíveis, a pobreza entre os jovens trabalhadores (dos 15 aos 24 anos) é mais elevada do que entre os trabalhadores adultos (com mais de 25 anos), com excepção dos Camarões, onde se observa o contrário<sup>12</sup>.

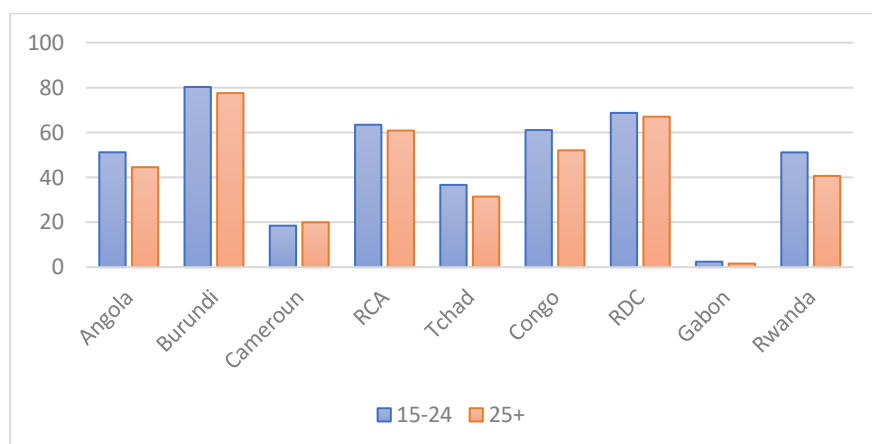
O Ruanda, o Congo e Angola registam as maiores disparidades entre a população jovem e adulta. No Ruanda, 51% da população jovem empregada é pobre, em comparação com 40,6% da população adulta empregada. No Congo, 61% da população jovem empregada é pobre, em comparação com 52% da população adulta empregada.

Em 6 dos 9 países para os quais existem dados disponíveis, mais de metade dos jovens trabalhadores encontram-se em situações de insegurança e pobreza extrema.

---

<sup>12</sup> É considerada a classificação da OIT dos trabalhadores por grupo etário.

**Gráfico 8** População empregada que vive abaixo do limiar de pobreza, por grupo etário, em 2019 (último ano disponível), %.



Fonte: TCE/BSR-AC com base nos dados do indicador 1.1.1 do ODS1, Base de dados de indicadores dos ODS da Divisão de Estatística das Nações Unidas, consultada em 01 de Agosto de 2023.

Vários factores podem explicar a maior pobreza entre os jovens trabalhadores, em especial a insegurança no emprego caracterizada por contratos temporários, horários de trabalho irregulares e salários baixos (OIT, 2007).

A erradicação da pobreza na região exige a identificação e o combate às suas causas profundas, utilizando dados sobre as populações, desagregados por vários factores relevantes, incluindo o sexo, a idade, a área de residência e a situação profissional. Por exemplo, enquanto os trabalhadores pobres podem enfrentar condições de trabalho inadequadas e rendimentos insuficientes, os desempregados e os que não fazem parte da força de trabalho podem enfrentar falta de oportunidades de emprego e protecção social suficiente. Por conseguinte, as políticas de redução da pobreza devem centrar-se na promoção do trabalho digno, de rendimentos suficientes, da segurança do emprego, de um ambiente de trabalho seguro e saudável, de condições de trabalho adequadas, de oportunidades de emprego e de uma protecção social adequada, em especial para os grupos mais vulneráveis. As políticas devem também centrar-se na sobre-representação das mulheres entre os pobres. Além disso, a combinação de pobreza e informalidade coloca os trabalhadores numa situação particularmente vulnerável no mercado de trabalho.

### ***Ainda há muito a fazer em termos de protecção social para reduzir a pobreza***

A análise dos mecanismos de protecção social sugere que, em 2017, quase 47% da população do Gabão e quase metade das pessoas mais pobres do país estavam cobertas por programas de assistência social<sup>13</sup>. Nos outros países para os quais existem dados disponíveis, as estatísticas sugerem que uma baixa proporção da população tem acesso a mecanismos de

---

<sup>13</sup> Dados para o indicador 1.3.1 do ODS1, Base de dados de indicadores ODS da Divisão de Estatística das Nações Unidas, consultada em 01 de Agosto de 2023.

protecção social. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe, cerca de 16% da população está coberta por pelo menos uma prestação de protecção social. Na RCA, apenas 1,4% da população está abrangida por uma prestação de protecção social.

**Tabela 7** Proporção da população abrangida por pelo menos uma protecção social (%)

	Ano	%
Angola	2020	10,5
Camarões	2020	10,3
RCA	2020	1,4
RDC	2020	14,1
Ruanda	2021	9,8
São Tomé e Príncipe	2021	15,9

*Fonte: TCE/BSR-AC com base no indicador 1.3.1 do ODS1, Base de dados de indicadores dos ODS da Divisão de Estatística das Nações Unidas, consultada em 01 de Agosto de 2023*

As observações relativas aos países da região revelam que há ainda muito a fazer em termos de protecção social para reduzir a pobreza. As redes de segurança social cobrem apenas uma pequena parte das pessoas mais pobres. A implementação de programas a favor dos pobres e o alargamento da cobertura da segurança social são fundamentais para melhorar a protecção social. As mulheres e os jovens trabalhadores são particularmente afectados pela pobreza, com taxas mais elevadas do que os homens e os trabalhadores adultos, respectivamente. As políticas públicas devem ter em conta estas desigualdades e adoptar medidas de apoio a estes grupos vulneráveis.

### **2.3. Situação do emprego na África Central**

O Objectivo 8 dos ODS baseia-se na ideia de que o crescimento económico pode ser sustentável e inclusivo, e pode criar empregos dignos e oportunidades para todos. Este é um grande desafio para a África Central, dada a elevada taxa de desemprego e informalidade ainda predominante no mercado de trabalho.

Esta subsecção apresenta uma análise do mercado de trabalho da África Central com base em três elementos principais: a estrutura do emprego e os sectores dominantes na região; o desemprego e a sua distribuição por sexo e idade; e a vulnerabilidade do emprego nos países da região.

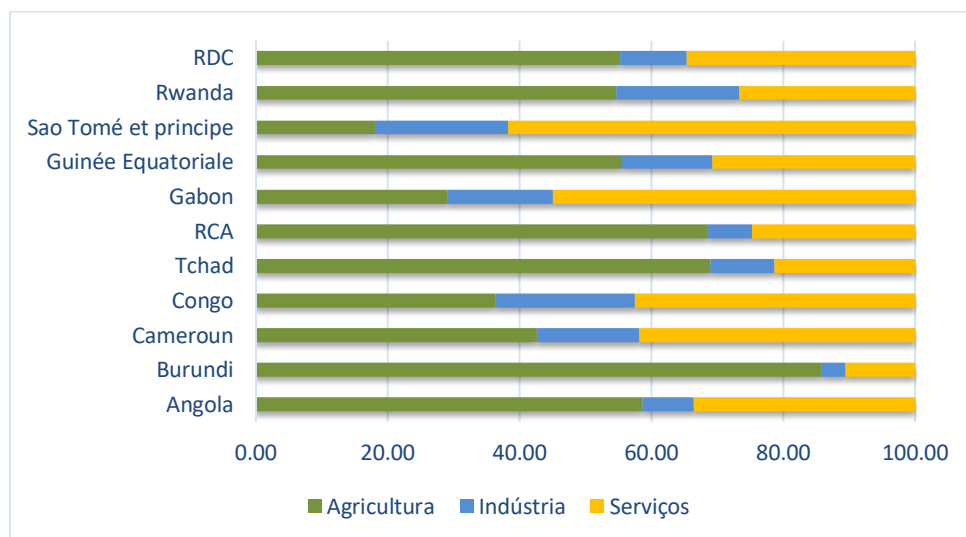
#### ***Estrutura do emprego na África Central: agricultura ainda dominante, indústria em crescimento constante***

O emprego na África Central continua a caracterizar-se por uma forte predominância do sector agrícola e uma fraqueza persistente do sector industrial. De acordo com os dados do Banco Mundial, em 2021, mais de metade dos postos de trabalho na região continuarão a ser ocupados pelo sector agrícola. A indústria e os serviços representam cerca de 13% e 35%, respectivamente.

No entanto, desde 2015 as tendências mostram uma diminuição da quota da agricultura, de 54% para 52%, e um aumento da indústria, de 11,8% para 13%. A percentagem de serviços no

emprego na região também está a aumentar, de 33,7% para 34,8%. Estas tendências podem indicar uma industrialização progressiva, em conformidade com o Consenso de Douala. Podemos destacar, em particular, o desempenho e a transformação da economia do Ruanda, onde a percentagem de empregos no sector industrial duplicou entre 2015 e 2021, passando de 9,4% para 18,7%.

**Gráfico 9** Sectores do emprego na África Central em 2021 (%)

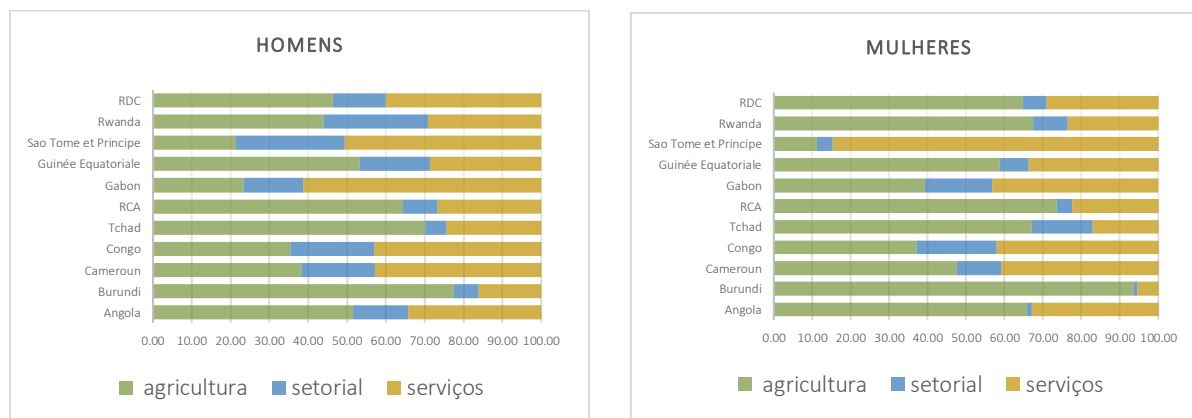


Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do Banco Mundial (World Developments Indicators, última actualização: 25/07/2023)

**As mulheres têm uma forte presença no sector agrícola, mas estão pouco representadas na indústria**

O Gráfico 10 mostra igualmente que, em 2021, as mulheres da região estarão fortemente representadas nos sectores da agricultura (57%) e dos serviços (34,1%), mas continuarão a estar mal representadas na indústria (8,97%). Os homens, por seu lado, continuam a ser maioritários no sector agrícola (47,8%), mas estão também presentes nos serviços (36,1%) e na indústria (16,2%). Em São Tomé e Príncipe, em particular, onde o sector dos serviços é o maior empregador do país, as mulheres estão muito mais presentes nos serviços (84,7%) do que os homens (50,6%).

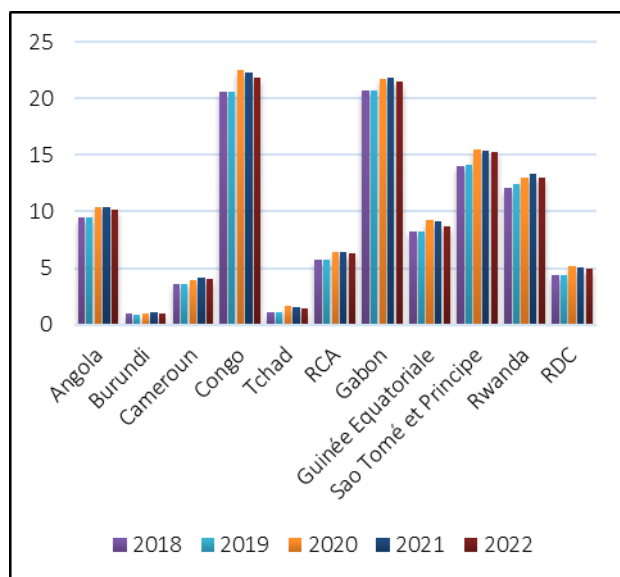
**Gráficos 10** Emprego e género na África Central em 2021 (%)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do Banco Mundial (World Developments Indicators, última actualização: 25/07/2023)

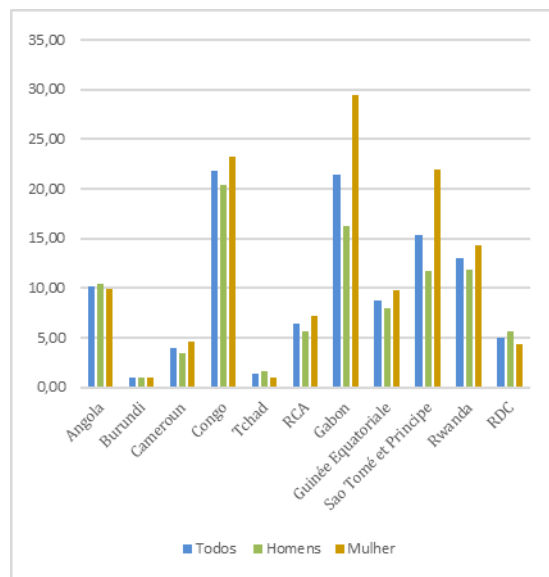
O desemprego segue elevado na região

**Gráfico 12** Taxa de desemprego na África Central de 2018 a 2022 (%)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do Banco Mundial (World Development Indicators, última actualização: 25/07/2023)

**Gráfico 12** Taxa de desemprego por género em África em 2022 (%)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do Banco Mundial (World Development Indicadora, última actualização: 25/07/2023)

O desemprego é definido como a proporção da população activa que está desempregada, mas disponível para trabalhar e à procura de emprego. A taxa de desemprego na África Central aumentou significativamente a partir de 2019, com o início da pandemia de COVID-19. Passou de 10,7% em 2018 para quase 12% em 2020. A redução gradual das restrições ligadas à pandemia não contribuiu para uma redução significativa desta taxa. Em 2022, situou-se em 11,5%, ainda mais elevada do que antes da COVID-19.

Mais concretamente, a taxa de desemprego é mais elevada na República do Congo e no Gabão. Em 2022, situava-se em 21,8% e 21,5%, respectivamente. No entanto, em alguns países, como os Camarões, a taxa de desemprego manteve-se praticamente estável em 3,8%, em média, entre 2018 e 2022.

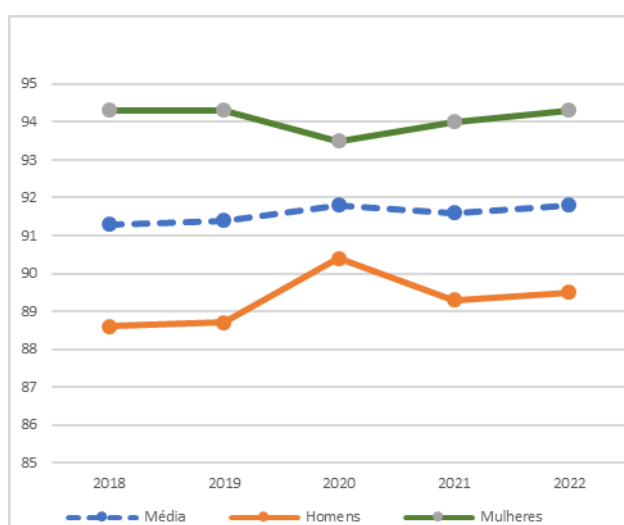
O Gráfico 12 mostra igualmente que as mulheres são geralmente mais vulneráveis ao desemprego na África Central. Em 2022, as mulheres representavam 11,5% dos desempregados, contra 8,74% dos homens. No Gabão, por exemplo, 29,4% das mulheres estavam desempregadas em 2022, em comparação com 16,2% dos homens.

Estes dados mostram também que a taxa de desemprego dos jovens é significativamente mais elevada do que a média regional. Em 2022, por exemplo, a taxa de desemprego dos jovens era de 16,57%, em comparação com 9,84% para a população em geral. Para os homens jovens, a taxa era de 15,62% contra 8,74% para os homens em geral, e para as mulheres jovens 18,23% contra 11,51% para as mulheres em geral. Estes números mostram o carácter articulado e complementar das desigualdades que persistem na África Central.

**A economia informal é dominante na região e as mulheres estão mal representadas.**

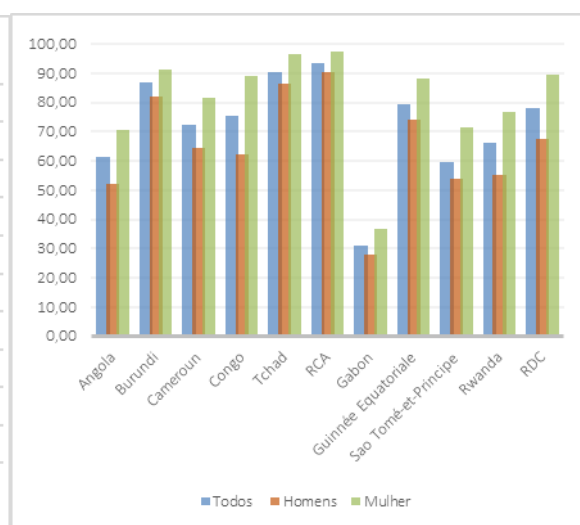
A economia informal<sup>14</sup> continua a ser a forma dominante de emprego na África Central. De acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho, quase 92% dos empregos na região estão no sector informal. Esta tendência na economia regional foi ligeiramente reforçada durante a pandemia de Covid-19. As mulheres estão também mal representadas na economia informal. Apesar da redução das disparidades de género durante a pandemia, o emprego das mulheres no sector informal, tendo atingido 94,3% em 2022, continua significativamente acima da média regional.

**Gráfico 14** Crescimento do emprego informal na África Central, por género, de 2018 a 2022 (%)



Fonte: TCE/BSR-AC com base nos dados da OIT (excluindo o Burundi e o Ruanda)

**Gráfico 14** Crescimento do emprego informal na África Central, por género, de 2018 a 2022 (%)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados do Banco Mundial (World Developments Indicators, última atualização: 25/07/2023)

Além disso, os dados do Banco Mundial revelam a vulnerabilidade de uma grande parte dos empregos disponíveis na África Central. Estes trabalhadores são particularmente vulneráveis à pobreza porque são menos propensos a ter acordos de trabalho formais, a beneficiar de protecção social e a gerar poupanças suficientes para fazer face a choques económicos. Em 2022, 72,2% dos empregos na região eram ocupados por trabalhadores familiares e

<sup>14</sup> A OIT define o emprego informal como incluindo as pessoas que, no seu emprego principal ou secundário, eram (a) trabalhadores por conta própria, empregadores e membros de cooperativas de produtores empregados nas suas próprias empresas do sector informal; (b) trabalhadores por conta própria envolvidos na produção de bens exclusivamente para uso doméstico final (por exemplo, agricultura de subsistência); (c) trabalhadores familiares contribuintes, empregados em empresas do sector formal ou informal; ou (d) trabalhadores com empregos informais, empregados por empresas do sector formal, empresas do sector informal ou como trabalhadores domésticos remunerados.

trabalhadores independentes. Este valor é ainda mais elevado para as mulheres, que representam 80,9 % dos trabalhadores vulneráveis.

## 2.4. Progressos e desafios da educação de qualidade para todos na África Central

Com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, os Estados Membros das Nações Unidas estabeleceram o ambicioso objectivo de "*garantir a igualdade de acesso a uma educação de qualidade para todos e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida*".

A análise das principais tendências na educação na região é abordada através de três temas: acesso, equidade e financiamento, e com a ajuda do indicador 4.1.2 sobre a taxa de conclusão do ensino primário e secundário inferior.

### Acesso

No Fórum Mundial da Educação, realizado em Dakar, no Senegal, delegados de 181 países estabeleceram o ambicioso objectivo de garantir que, até 2015, todas as crianças, especialmente as raparigas, as crianças em circunstâncias difíceis e as que pertencem a minorias étnicas, tenham acesso e conclua o ensino primário gratuito e obrigatório de boa qualidade.

Longe de ter cumprido a promessa de enviar todas as crianças para a escola primária até 2015, o mundo estabeleceu um novo objectivo para a educação, através do ODS 4, com um nível de ambição ainda mais elevado, apelando a que todos os jovens conclua o ensino secundário até 2030. A conclusão universal do ensino secundário superior, e não a mera matrícula, é, portanto, o objectivo absoluto do ODS 4, apesar de os objectivos de ensino gratuito e obrigatório serem ainda uma perspectiva distante em muitos países.

### ***Taxa de conclusão do ensino primário ODS 4, Indicador 4.1.2***

As estatísticas relativas à região da África Central mostram que os países estão ainda muito longe de atingir este objectivo de conclusão. Em 2020, apenas 2 dos 10 países da CEEAC<sup>15</sup>, nomeadamente São Tomé e Príncipe e a República do Congo, podem orgulhar-se de ter mais de 8 em cada 10 crianças a concluir o ensino primário (Tabela 8). As estatísticas mostram uma coerência nas taxas de conclusão para estes dois países entre 2018 e 2020. Em contrapartida, países como a República Centro-Africana e o Chade, que estão a atravessar crises de segurança, não têm mais de 3 em cada 10 crianças a concluir o ensino primário.

**Tabela 8** Taxa de conclusão do ensino primário, ODS4, Indicador 4.1.2 (em %)

	2018	2019	2020
Angola	57	58	59
Burundi	48	50	52
Camarões	74	76	76

---

<sup>15</sup> Os dados relativos à Guiné Equatorial não estão disponíveis.

	2018	2019	2020
RCA	31	27	31
Chade	30	27	31
Congo	85	86	87
RDC	67	57	58
Gabão		76	
Ruanda	51	54	63
STP	86	87	88

*Fonte: ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023*

Embora São Tomé e Príncipe e o Congo apresentem as taxas mais elevadas de conclusão do ensino primário na região da CEEAC, a situação é diferente no que respeita ao ensino secundário inferior. Enquanto São Tomé e Príncipe regista uma taxa de conclusão semelhante, com cerca de 8 em cada 10 crianças a concluir o ensino secundário inferior, o Congo vê o número cair para pouco menos de 6 em cada 10 crianças a concluir o ensino secundário inferior (Tabela 9). As estatísticas da Tabela 9 mostram que 8 em cada 10 países registam taxas de conclusão do ensino secundário inferior inferiores a 50%, com taxas ainda inferiores a 30% no Burundi, na RCA, no Chade e no Ruanda.

É importante notar que existe uma coerência nas estatísticas entre 2018 e 2020. Os países com taxas baixas em 2018 continuam a registar taxas semelhantes no período de 2018 a 2020. O mesmo padrão se aplica aos países com taxas mais altas ou mais baixas. Isto significa que os países não estão a conseguir ter políticas ou mecanismos para aumentar significativamente a participação na educação. Isto pode ser o resultado de vários factores (sociais, económicos, culturais, de segurança, de governação, etc.) que interagem e afectam a participação efectiva na escola.

**Tabela 9** Taxa de conclusão do ensino secundário inferior, ODS4, Indicador 4.1.2 (%)

	2018	2019	2020
Angola	35	36	37
Burundi	24	26	27
Camarões	47	44	45
RCA	16	12	17
Chade	16	13	17
Congo	52	54	<b>56</b>
RDC	54	47	47
Gabão	..	..	..
Ruanda	26	27	30
STP	77	60	<b>82</b>

*Fonte: ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 1 de Agosto de 2023*

É também crucial ter em conta o impacto significativo do crescimento demográfico. Esta é outra razão pela qual o número de crianças não escolarizadas não está a diminuir (UNESCO, 2000). No Chade, por exemplo, a percentagem de crianças não escolarizadas em idade de frequentar o ensino primário diminuiu para cerca de metade nos últimos 20 anos, mas o



número de crianças quase duplicou. Consequentemente, o número absoluto de crianças que não frequentam o ensino praticamente não se alterou<sup>16,17</sup>.

As estatísticas relativas à África Central confirmam as preocupações quanto à probabilidade de atingir o objectivo de "**100% das crianças concluírem o ensino secundário inferior até 2030**". Além disso, as estatísticas observadas podem ocultar desigualdades em termos de género e entre classes sociais, bem como disparidades entre regiões.

### **Património**

#### ***Igualdade dos géneros***

Na realidade, as raparigas têm ainda mais probabilidades do que os rapazes de nunca irem à escola e de nunca a concluírem. O mesmo padrão aplica-se às crianças de agregados familiares pobres, que têm menos probabilidades de ir à escola do que as crianças de agregados familiares ricos, e às crianças das zonas rurais, que têm mais probabilidades de serem excluídas do sistema escolar do que as crianças das zonas urbanas.

Foram feitos progressos significativos para alcançar a paridade de género no acesso ao ensino primário (UNESCO, 2015), que era uma das principais metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Em alguns países da África Central, os esforços para promover a matrícula das raparigas resultaram mesmo em níveis mais elevados de matrícula no ensino primário para as raparigas do que para os rapazes. É o caso do Burundi, dos Camarões, da RDC, do Gabão, do Ruanda e de São Tomé e Príncipe, cujos índices de paridade de género<sup>18</sup> (IGP) na taxa de conclusão do ensino primário são significativamente superiores a 1,03 em 2020, reflectindo uma disparidade a favor das raparigas (Gráfico 15). A paridade de género é observada em Angola, no Chade e no Congo. Só a RCA tem um IGP inferior a 0,97, o que reflecte disparidades a favor dos rapazes no ensino primário.

Apesar destes progressos, verifica-se um declínio geral dos indicadores para rapazes e raparigas e uma queda do IGP à medida que o nível de ensino aumenta (Koissy-Kpein, 2020). O Gráfico 16 mostra não só a queda da taxa de conclusão do ensino secundário inferior para rapazes e raparigas em toda a sub-região, mas também a queda do IGP. A paridade entre raparigas e rapazes nas taxas de conclusão do ensino secundário inferior é observada nos Camarões; enquanto o GPI revela uma disparidade a favor das raparigas na RDC, Gabão, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

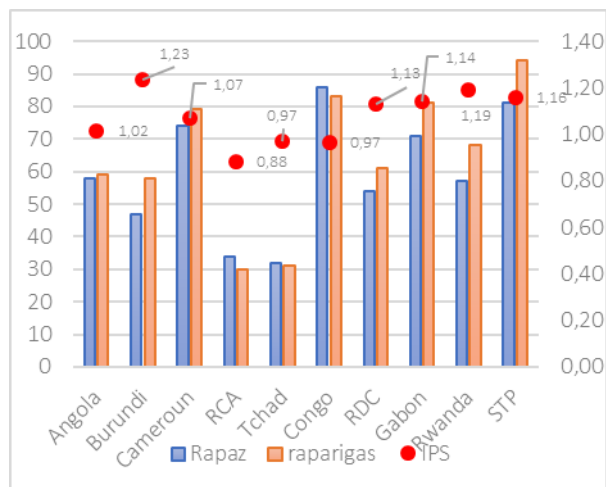
---

<sup>16</sup> <https://www.education-progress.org/fr/articles/access>

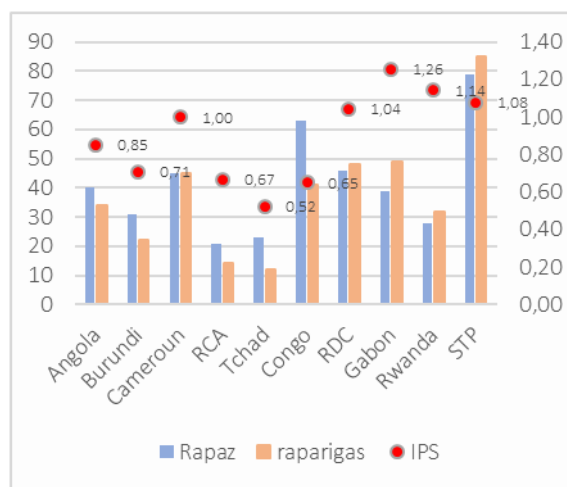
<sup>17</sup> De acordo com as estatísticas da UNESCO, o número de crianças não escolarizadas em idade de frequentar o ensino primário aumentará de 511 634 em 2015 para 645 764 em 2021. Fonte: <http://data.uis.unesco.org/>, acedido a 01 de Agosto de 2023

<sup>18</sup> O índice de paridade de género representa o rácio entre o valor de um determinado indicador correspondente ao género feminino e o correspondente ao género masculino. De um modo geral, um IGP entre 0,97 e 1,03 indica paridade entre os sexos. Um IGP inferior a 0,97 indica uma disparidade a favor do género masculino. Um IGP superior a 1,03 indica uma disparidade a favor do género feminino.

**Gráfico 15** Taxa de conclusão do ensino primário, por género, em 2020\* (%)



**Gráfico 16** Taxa de conclusão do ensino secundário inferior, por género, em 2020\* (%)



\* com excepção de 2017 para o Gabão.

Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados da ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023

São vários os factores que conduzem a níveis de escolarização das raparigas inferiores aos dos rapazes, e estes factores persistem apesar da defesa e dos esforços em prol da igualdade na educação: papéis na sociedade, na comunidade e na família, discriminação de género, crises de segurança, práticas culturais nocivas e normas de género desiguais, custos directos e de oportunidade da escolarização das raparigas, etc. (Koissy-Kpein, 2020). Por exemplo, apesar dos compromissos assumidos para garantir o ensino primário gratuito, muitos dos custos associados ao envio de crianças à escola continuam a ser facturados sob a forma de manuais escolares, uniformes, propinas, etc. Para além destes custos directos, os custos adicionais podem ser duas a três vezes superiores às propinas escolares, e podem ser mais elevados para as raparigas<sup>19</sup>. A estes custos acrescem os maiores custos de oportunidade associados ao trabalho doméstico das raparigas. Consequentemente, os pais podem preferir manter as raparigas em casa e enviar os rapazes para a escola (Koissy-Kpein, 2020).

### Riqueza do agregado familiar

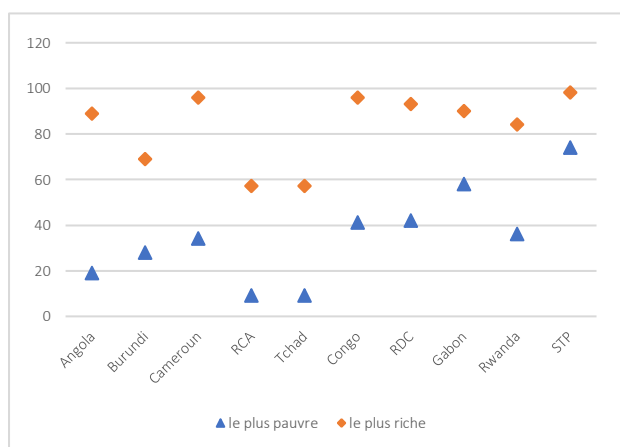
As desigualdades na educação, nomeadamente entre os sexos, estão estreitamente ligadas à pobreza. A riqueza do agregado familiar é reconhecida como muito importante para várias dimensões do bem-estar das crianças e do investimento em capital humano (Koissy-Kpein, 2013, 2020). De acordo com a UNESCO (2015), as crianças mais pobres têm quatro vezes menos probabilidades de ir à escola e cinco vezes menos probabilidades de concluir o ensino

<sup>19</sup> Por exemplo, por razões de segurança, as raparigas devem ser acompanhadas à escola, o que resulta em custos de transporte mais elevados para as raparigas do que para os rapazes. Do mesmo modo, o custo dos uniformes pode ser mais elevado para as raparigas (Koissy-Kpein, 2020).

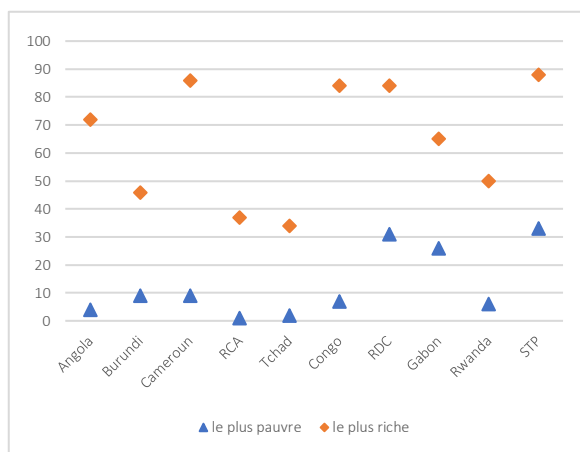
primário do que as suas congéneres mais ricas; as raparigas têm menos probabilidades de ir à escola do que os rapazes entre as crianças mais pobres, e as raparigas mais pobres continuam a estar em desvantagem significativa no acesso e na conclusão do ensino primário.

As estatísticas da África Central confirmam esta afirmação, uma vez que os Gráficos 17 e 18 nos mostram o fosso significativo entre os agregados familiares mais pobres e os mais ricos nas taxas de conclusão. Na RCA e no Chade, as crianças dos agregados familiares mais ricos têm 6 vezes mais probabilidades de concluir a escolaridade do que as crianças dos agregados familiares mais pobres. Em Angola, as crianças dos agregados familiares mais ricos têm 5 vezes mais probabilidades de concluir o ensino primário do que as crianças dos agregados familiares mais pobres. A diferença mais pequena verifica-se em São Tomé e Príncipe, onde as crianças dos agregados familiares mais ricos têm apenas 1,3 vezes mais probabilidades de concluir o ensino primário do que as crianças dos agregados familiares mais pobres.

**Gráfico 17:** Taxa de conclusão, ensino primário, mais ricos vs. mais pobres, último ano disponível (em %)



**Gráfico 17 :** Taxa de conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário, mais pobre vs. mais rico, último ano disponível (em %)



**Fonte :** CEA/BSR-AC com base em dados da ONU (Divisão de Estatística), banco de dados de indicadores ODS, consultado em 1º de agosto de 2023

No Gráfico 18, é ainda mais surpreendente ver como estas disparidades se alteram à medida que as crianças prosseguem os seus estudos, uma vez que o fosso entre os mais pobres e os mais ricos aumenta ainda mais no nível secundário inferior. Na RCA, por exemplo, as crianças das famílias mais ricas têm 37 vezes mais probabilidades de concluir o ensino secundário inferior do que as crianças das famílias mais pobres. Em 7 dos 10 países, as taxas de conclusão para as crianças das famílias mais pobres são bastante inferiores a 10%, atingindo 1%, 2% e 4% para a RCA, o Chade e Angola, respectivamente. São Tomé e Príncipe, Gabão e RDC registam as menores diferenças entre ricos e pobres, e as crianças das famílias mais ricas têm quase 3 vezes mais probabilidades de concluir o ensino secundário inferior do que as crianças das famílias mais pobres.

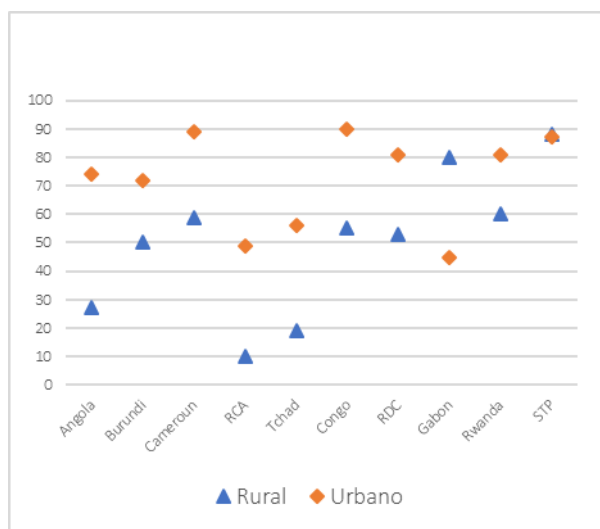
**Local de residência: zonas urbanas e rurais**

As desigualdades são também reforçadas nas comunidades marginalizadas e entre as zonas rurais e urbanas. A combinação da pobreza, da falta de serviços públicos, da pressão social e dos papéis de género reforça a exclusão dos mais vulneráveis, em especial das raparigas (Koissy-Kpein, 2020).

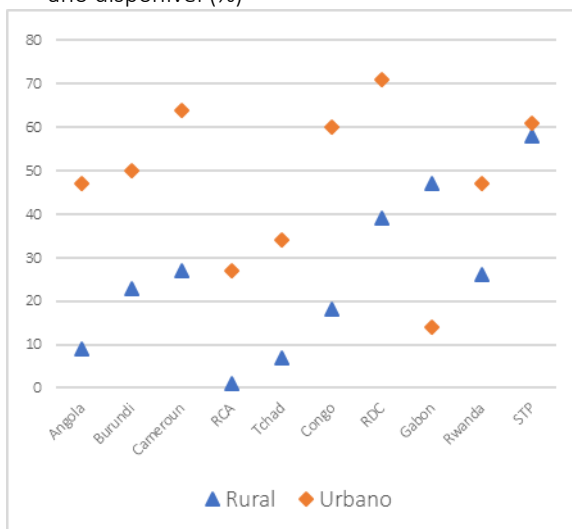
Com excepção de São Tomé e Príncipe, as estatísticas revelam uma diferença significativa nas taxas de conclusão do ensino primário e do ensino secundário inferior entre as crianças que vivem em zonas urbanas e rurais. De facto, as crianças que vivem em zonas urbanas têm mais probabilidades de concluir a escolaridade do que as que vivem em zonas rurais. No entanto, o inverso é verdadeiro para o Gabão (Gráficos 19 e 20).

Por exemplo, nos Camarões, em 2018, 59% das crianças que viviam nas zonas rurais concluíram o ensino primário, em comparação com 89% das crianças das zonas urbanas. Quanto ao ensino secundário inferior, enquanto quase 64% das crianças das zonas urbanas o concluíram, o mesmo aconteceu com apenas 27% das crianças que vivem nas zonas rurais. Na RCA, em 2019, 27% das crianças das zonas urbanas concluíram o primeiro ciclo do ensino secundário, enquanto apenas 1% das crianças das zonas rurais o fizeram.

**Gráfico 18** Taxas de conclusão, ensino primário, zonas urbanas vs. zonas rurais, último ano disponível (%)



**Gráfico 19** Taxas de conclusão, ensino secundário inferior, zonas urbanas vs. zonas rurais, último ano disponível (%)



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados da ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada a 01 de Agosto de 2023

As análises revelam geralmente como as características individuais, como o género, interagem com outras, como a riqueza e a área de residência, para afectar a participação escolar (Koissy-Kpein, 2020). Por exemplo, as raparigas de agregados familiares pobres das zonas rurais têm geralmente menos probabilidades de participar no sistema de ensino do que as raparigas de agregados familiares ricos das zonas urbanas (UNESCO, 2025). Por conseguinte, é importante dispor de dados desagregados para definir e conceber estratégias adequadas para reduzir as desigualdades na educação.

## Financiamento

O Quadro de Acção Educação 2030, que propõe uma acção corajosa e urgente para transformar vidas através de uma nova visão da educação, estabeleceu dois parâmetros fundamentais de financiamento para os governos: (i) dedicar pelo menos 4-6% do PIB à educação e/ou (ii) dedicar pelo menos 15-20% da despesa pública à educação.

Em 2020, três países - Congo, Burundi e São Tomé e Príncipe - cumpriram o primeiro critério

**Caixa 1:** Quadro de Acção Educação 2030 e o financiamento da educação

O Quadro de Acção Educação 2030 é um instrumento para a implementação da agenda ODS - Educação 2030 adoptada por 184 Estados-Membros em Novembro de 2015. Baseia-se na Declaração de Incheon e visa mobilizar todos os países e parceiros em torno do ODS 4 sobre a educação e as suas metas. Centra-se numa educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e sublinha a importância da educação para o desenvolvimento sustentável e a realização de todos os outros ODS. Em particular, propõe formas de implementação, coordenação, financiamento e monitorização do programa Educação 2030. Apela a um aumento significativo do investimento na educação, em particular nos países de baixo e médio rendimento. Incentiva os países a desenvolverem planos de financiamento da educação a médio prazo que tenham em conta as necessidades de financiamento a curto e a longo prazo. Incentiva igualmente os países a mobilizarem recursos nacionais e internacionais para financiar a educação, incluindo parcerias público-privadas e financiamento inovador. O Quadro Educação 2030 sublinha a importância de uma despesa pública eficaz e eficiente na educação, garantindo que os recursos são utilizados de forma transparente e responsável.


**Fonte:** Declaração de Incheon e Quadro de Acção ODS 4 - Educação 2030

de financiamento público estabelecido no Quadro de Acção Educação 2030. Estes países consagram entre 4% e 6% do PIB à educação. Em 2022 (Tabela 11), 6 dos 10 países da região consagraram pelo menos 15% da despesa pública à educação. São eles o Chade, a RDC, o Congo, o Gabão, o Burundi e São Tomé e Príncipe. A percentagem mais elevada da região é registada no Burundi (20,64%). Angola, Camarões, RCA e Ruanda não cumprem nenhum dos dois principais critérios de financiamento público estabelecidos no Quadro de Acção Educação 2030.

Dois em cada dez países da África Central viram a percentagem da despesa pública com a educação diminuir entre 2018 e 2020 (Tabela 10). São eles o Burundi e São Tomé e Príncipe, apesar dos seus bons resultados em relação aos dois principais critérios de financiamento público estabelecidos no Quadro de Acção Educação 2030. Os outros países, pelo contrário, registam um aumento da despesa pública com a educação.

**Tabela 10** Despesa pública com a educação em 2018 e 2020 (em % do PIB)





	2018	2019	2020	Evolução 2018 e 2020
Angola	2,04	1,93	2,42	
Camarões	3,03	3,08	3,17	
RCA	1,57	1,77	2,17	
Chade	2,26	2,37	2,91	
RDC			2,45	
Congo	3,00	3,58	4,45	
Gabão	2,93	2,73	3,18	
Burundi	5,08	5,35	5,04	
Ruanda	3,07	3,24	3,33	

	2018	2019	2020	Evolução 2018 e 2020
São Tomé e Príncipe	5,24	5,92	5,01	

Fonte: Banco Mundial (Indicadores de Desenvolvimento Mundial, acesso em 07 de Julho de 2023)

Se analisarmos as alterações nas despesas com a educação como percentagem da despesa total entre 2018 e 2022, verificamos uma diminuição nos Camarões, na RDC e em São Tomé e Príncipe. Os outros países, por outro lado, registam um aumento das despesas com a educação (Tabela 11).

**Tabela 11** Despesa pública com a educação (em % da despesa pública)

	2018	2020	2021	2022	Varição 2018 e 2022*
Angola	5,41	6,47	6,92	6,64	
Camarões	16,88	14,39	14,89	12,57	
RCA	9,14	9,78	9,09	10,74	
Chade	..	11,67	15,13	16,72	
RDC	..	..	21,61	18,41	
Congo	15,58	18,29	17,88	16,63	
Gabão	14,70	15,03	15,12	..	
Burundi	19,52	20,74	20,44	20,64	
Ruanda	10,80	10,78	11,32	..	
São Tomé e Príncipe	20,12	16,13	16,58	17,09	

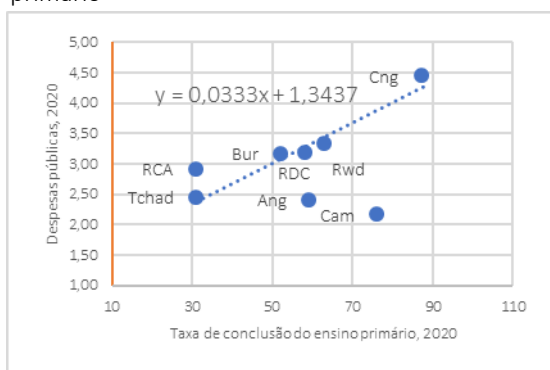
\* 2021 Considerado para o Gabão e o Ruanda, 2020 e 2022 para o Chade, 2021 e 2022 para a RDC.

Fonte: Banco Mundial (Indicadores de Desenvolvimento Mundial, acesso em 07 de julho de 2023)

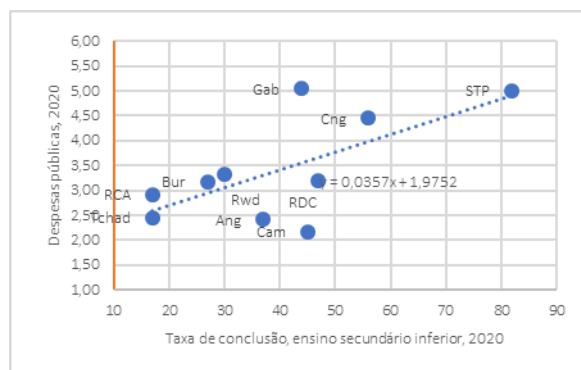
As observações relativas à região da África Central são particularmente dignas de nota e interessantes. Mostram que, apesar da crise da COVID-19 que afectou as economias, os países mantiveram relativamente o rumo e continuam a fazer esforços consideráveis no que diz respeito à despesa pública com a educação e ao Quadro de Acção Educação 2030.

Os esforços significativos feitos pelos governos em termos de despesas com a educação são suficientes para alcançar o ODS4?

**Gráfico 21** Despesa pública na educação (% PIB) e taxas de conclusão do ensino primário



**Gráfico 21** Despesa pública com a educação (% PIB) e taxas de conclusão do ensino secundário inferior



Fonte: CEA/BSR-AC com base em dados da ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023

Os Gráficos 21 e 22 revelam uma relação positiva entre a taxa de conclusão do ensino

primário, a taxa de conclusão do ensino secundário inferior e a despesa pública com a educação. Isto implica que os países que dedicam mais recursos financeiros à educação têm taxas de conclusão mais elevadas. Este resultado deve ser interpretado com cautela, uma vez que não tem em conta as desigualdades entre as crianças e os factores que podem interagir para influenciar a participação das crianças na escola. Além disso, taxas de conclusão mais elevadas podem ser o resultado de acções e medidas conjuntas dos governos e dos parceiros de desenvolvimento para promover a educação para todos. Com efeito, seria de esperar que os recursos financeiros afectados à educação fossem acompanhados de medidas significativas e de acções eficazes.

Saber se as crianças estão na escola, se estão a concluir os seus estudos, o que os alunos aprendem na escola, qual é a qualidade da sua educação, qual é a qualidade da aprendizagem e o nível de analfabetismo, assegurar a criação de um ambiente de aprendizagem seguro e não violento e compreender os factores que influenciam a participação na escola e a qualidade do ensino, são preocupações políticas essenciais e relevantes para os países da África Central.

Esta secção oferece, portanto, uma reflexão preliminar sobre o estado actual da Educação para Todos na região e não aborda outros elementos-chave para alcançar a Educação para Todos, tais como:

- A frequência de um estabelecimento de ensino pré-primário é um ponto de partida decisivo para a educação de uma criança;
- Participação para além da idade normal, o que tem um impacto na probabilidade de repetir um ano, falhar nos exames e, eventualmente, abandonar a escola;
- A qualidade do ensino e os professores que são a pedra angular da qualidade da educação;
- Educação de adultos;
- Digitalização e STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática);
- Infra-estruturas escolares, incluindo a criação de um ambiente propício à aprendizagem com instalações adequadas de água e saneamento;
- Violência e violência baseada no género nas escolas;
- E assim por diante.

## 2.5. Saúde

Permitir que todas as pessoas gozem de boa saúde e promover o bem-estar para todos, em todas as idades (objectivo 3 dos ODS), são reconhecidos como condições essenciais para o desenvolvimento sustentável. Antes da crise sanitária da COVID-19, tinham sido realizados grandes progressos no domínio da saúde para todos, incluindo avanços significativos na redução da mortalidade infantil e materna.

A análise relativa à África Central centrar-se-á em dois indicadores do ODS3: saúde materna e saúde infantil.

*Ainda são necessários alguns progressos para reduzir a mortalidade feminina.*

Em 2020, registaram-se 545 mortes maternas por 100.000 nados-vivos na África Subsariana. Oito dos 11 países da África Central têm taxas de mortalidade abaixo da média regional. As estatísticas de mortalidade materna na região continuam a ser elevadas e revelam disparidades significativas entre países. Enquanto a taxa mais elevada é observada no Chade, com 1063,49 mortes maternas por 100 000 nados-vivos, São Tomé e Príncipe tem a taxa mais baixa, com 146,24 mortes maternas por 100 000 nados-vivos em 2020. Globalmente, no entanto, a saúde materna na região melhorou entre 2018 e 2020, com uma redução da taxa de mortalidade materna.

**Tabela 12** Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)

	2018	2019	2020
Angola	233,10	227,69	221,91
Burundi	517,91	479,29	494,43
Camarões	423,89	439,77	437,75
RCA	867,63	847,29	835,27
Chade	1076,16	1047,30	1063,49
Congo	370,06	292,12	282,39
RDC	543,48	540,70	547,36
Guiné Equatorial	219,04	216,35	212,33
Gabão	228,57	225,47	226,55
Ruanda	281,36	281,31	258,92
São Tomé e Príncipe	149,16	142,41	146,24

Fonte: ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023

A mortalidade materna pode ser causada directamente por uma série de factores, bem como indirectamente por condições médicas pré-existentes agravadas pela gravidez. As complicações que levam à morte materna podem, no entanto, ser detectadas e evitadas se os partos forem assistidos por pessoal de saúde qualificado, com serviços obstétricos de qualidade e com o equipamento, os medicamentos e os materiais adequados. Isto implica uma despesa pública no sector da saúde que responda às necessidades da população.

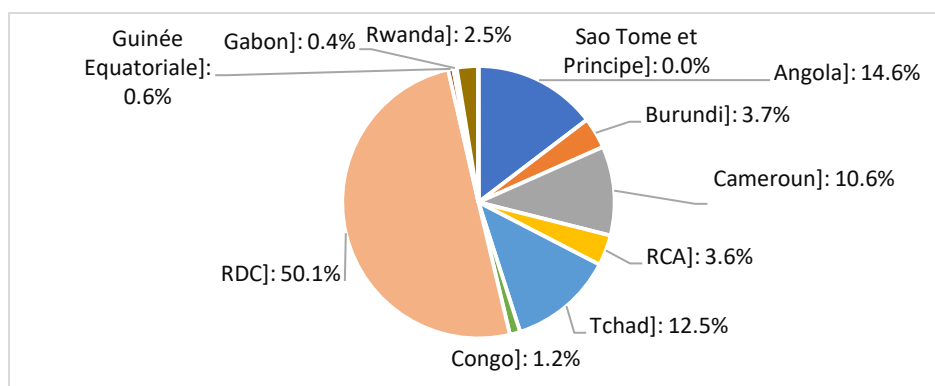
Em 2021, 615 679 crianças morreram antes do seu 5º aniversário na região da África Central<sup>20</sup>. O número de crianças que morrem antes dos 5 anos de idade continua a ser demasiado elevado para a sub-região, apesar da redução registada desde 2015. Quase metades de todas as mortes na região são registadas na RDC. O número de mortes é particularmente baixo em São Tomé e Príncipe, Gabão e Guiné Equatorial.

**Gráfico 22** Mortes de crianças com menos de 5 anos em 2021 (%)

---

<sup>20</sup> Cálculo do número de mortes de crianças com menos de 5 anos para os 11 países, utilizando os dados do indicador 3.2.1. Fonte: Base de dados de indicadores dos ODS. Último acesso em 1 de Agosto de 2023. <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/database>





Fonte: ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023

Todos os países da região registam uma diminuição da taxa de mortalidade infantil. No entanto, as taxas continuam a ser elevadas. São particularmente elevadas na República Centro-Africana e no Chade, com mais de 100 mortes por 1 000 nados-vivos (Tabela 13). São Tomé e Príncipe regista as taxas mais baixas, com 15 mortes por 1000 nados-vivos em 2021.

**Tabela 13** Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados-vivos)

	2018	2019	2020	2021
Angola	78	75	72,1	69,4
Burundi	59,1	56,7	54,6	52,6
Camarões	77,7	75,1	72,4	69,8
RCA	108,8	105,9	103	99,9
Chade	118	114,3	110,5	107,1
Congo	47,7	52,4	44,5	43
RDC	87,2	84,4	81,7	79
Guiné Equatorial	84,7	81,9	79,3	76,8
Gabão	44,9	43,2	41	39,7
Ruanda	43,4	42,1	40,7	39,4
São Tomé e Príncipe	18,3	17,1	16,2	15,4

Fonte: ONU (Divisão de Estatística), base de dados de indicadores dos ODS, consultada em 01 de Agosto de 2023

### A África Central deve trabalhar para um financiamento mais eficaz dos sistemas de saúde

Embora os esforços dos governos tenham conduzido a progressos em matéria de mortalidade infantil e materna, continua a ser necessário um financiamento mais eficaz dos sistemas de saúde, a melhoria do saneamento e da higiene e um melhor acesso aos profissionais de saúde para salvar milhões de vidas.

De um modo geral, as despesas de saúde em percentagem do PIB dão uma ideia do nível de investimento que um país está a fazer no seu sistema de saúde. Percentagens mais elevadas podem indicar um maior empenhamento nos cuidados de saúde, enquanto percentagens mais baixas sugerem a necessidade de um maior investimento para melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade. A despesa com a saúde em percentagem do PIB tem aumentado em muitos países ao longo do tempo (Tabela 14). A pandemia de COVID-19 teve provavelmente um impacto significativo na percentagem das despesas de saúde no PIB, o que explica o aumento em 2020.

**Tabela 14** Despesas públicas no sector da saúde (em % do PIB)

	2018	2019	2020

Angola	2,59	2,66	2,91
Camarões	3,62	3,65	3,77
RCA	11,00	7,83	9,40
Chade	4,57	4,48	5,41
RDC	3,30	3,54	4,05
Congo	1,90	2,57	4,47
Guiné Equatorial	3,10	3,03	3,77
Gabão	2,75	2,77	3,43
Burundi	7,40	6,54	6,50
Ruanda	6,70	6,33	7,32
São Tomé e Príncipe	5,84	5,23	4,91

Fonte: Banco Mundial (INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNDIAL)

Os governos devem também afectar recursos de forma eficaz, a fim de combater os outros males da sub-região, incluindo a malária e o VIH/SIDA, entre outros. É importante recordar-se que a SIDA é actualmente a principal causa de morte entre os adolescentes (10-19 anos) em África e que o VIH é a principal causa de morte entre as mulheres em idade fértil em todo o mundo<sup>21</sup>.

## 2.6. Recomendações

Para enfrentar o desafio do crescimento demográfico na região e atingir os objectivos de desenvolvimento, é importante implementar políticas que promovam um crescimento económico inclusivo e sustentável, reduzam a pobreza e melhorem a governação.

Para a sub-região, que albergará quase um quarto da população da África Subsariana nos prazos das Agendas 2030 e 2063, e que tem uma grande população jovem, a redução da pobreza exige uma abordagem holística que tenha em conta as dimensões económica, social e ambiental. As políticas devem ter por objectivo promover um crescimento económico inclusivo, criando e reforçando redes de segurança social, melhorando o acesso à educação e à saúde para todos e promovendo empregos dignos.

Os países da África Central devem, por conseguinte:

- Promover empregos dignos para todos, especialmente para as mulheres e os jovens, e criar oportunidades de emprego na indústria e nos serviços.
- Reforçar as redes de segurança social, nomeadamente para as pessoas mais vulneráveis, os trabalhadores pobres, as mulheres e os jovens.
- Tomar medidas corajosas para melhorar o acesso à educação. Por exemplo, dando prioridade a um ensino primário e secundário gratuito e de qualidade. Tal pode incluir a construção de escolas, o recrutamento e a formação de professores qualificados, o fornecimento de materiais didácticos adequados e a garantia de acesso à Internet a preços acessíveis para que os estudantes adquiram as competências digitais necessárias para tirar o máximo partido da tecnologia.
- Adotar medidas concretas para reduzir as desigualdades no domínio da saúde, tendo em conta as determinantes sociais da saúde, como a pobreza, a educação, o local de residência, etc. Estas medidas podem incluir a introdução e/ou o alargamento da cobertura dos seguros de saúde, o investimento em infra-estruturas de saúde, em

---

<sup>21</sup> <https://www.un.org/sustainabledevelopment/health/>

especial nas regiões vulneráveis, a criação de centros de saúde comunitários e de clínicas móveis e a reforma dos sistemas de financiamento da saúde.

- Promover o planeamento familiar para reduzir a fertilidade e gerar um dividendo demográfico, que pode contribuir para um crescimento económico acelerado.
- Melhorar a eficácia da utilização e da distribuição dos recursos públicos e das despesas em benefício de todos, em especial das despesas com a educação e a saúde

Os países da África Central também precisam de trabalhar na recolha de dados fiáveis, de alta qualidade e desagregados para compreender melhor as tendências e a dinâmica demográficas, a fim de beneficiarem do dividendo demográfico.

## Referências

- Banco Africano de Desenvolvimento 2023: Perspectivas Económicas da África Central
- Canning, D., Raja, S., Yazbeck, A. S., (2015) The State of Demographics in Sub-Saharan Africa. Capítulo 1 em Africa's Demographic Transition: Dividend or Disaster? p.43-69. The World Bank. [https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0489-2\\_ch1](https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0489-2_ch1)[https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0489-2\\_ch1](https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0489-2_ch1)
- Relatórios da EIU sobre os países em 2023 (Angola, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, RCA, RDC, São Tomé e Príncipe, Ruanda e Chade)
- FMI (Perspectivas Económicas Mundiais), Abril de 2023 e Julho de 2023 (actualização)
- FMI, Rapport pays N° 23/251, " Fourth reviews under the extended credit facility and the extended fund facility arrangements, and requests for waiver for nonobservance of performance criterion and modification of performance criteria- press release; staff report; and statement by the executive diretor for Cameroon ", juillet 2023
- FMI, Rapport pays N° 23/271, " Third review under the three-year arrangement under the extended credit facility, requests for modification of performance criteria, waivers of nonobservance of performance criteria, and financing assurances review-press release; staff report; and statement by the executive diretor for the republic of Congo ", juillet 2023
- FMI, Country Report No. 23/244, "Fourth Review of the Extended Credit Facility Arrangement, Request for Modification of an Implementation Criterion and Review of Financing Assurances-Press Release; Staff Report; Letter of Intent; Memorandum of Economic and Financial Policies; Technical Memorandum of Understanding; Debt Sustainability Analysis and Executive Diretor's Statement for the Democratic Republic of Congo", Julho de 2023.
- FMI, Rapport pays N° 23/198, " First reviews under the policy coordination instrument and the arrangement under the resilience and sustainability facility, request for the modification of end-june 2023 quantitative targets, and rephasing of access under the resilience and sustainability facility- press release; staff report; and statement by the executive diretor for Rwanda ", juin 2023
- FMI, Country Report N° 23/155, "2023 article IV consultation and request for a 38-month arrangement under the extended credit facility-press release; staff report; and statement by the executive diretor for the Central African Republic", maio de 2023
- FMI, Country Report N° 23/100, "2022 Article iv consultation- press release; staff report; and statement by executive diretor for Angola", março de 2023
- FMI, Rapport pays N° 23/114, " Third reviews under the extended credit facility and the extended fund facility arrangements, and requests for waiver for nonobservance of

- performance criterion and modification of performance criteria- press release; staff report; and statement by the executive diretor for Cameroon ", mars 2023
- FMI, Rapport pays N° 23/89, " Second review under the three-year arrangement under the extended credit facility, requests for modification of performance criteria, waivers of nonobservance of performance criteria, and financing assurances review- press release; staff report; and statement by the executive diretor for the republic of Congo ", février 2023
  - FMI, Rapport pays N° 23/7, " First and second reviews under the extended credit facility arrangement, requests for waivers of nonobservance of performance criteria and modification of performance criteria- press release; staff report; staff supplement; and statement by the executive diretor for Chad ", janvier 2023
  - FMI, Country Report No. 22/390, "Third Review of the Extended Credit Facility Arrangement, Request for Modification of Performance Criteria and Review of Financing Assurances-Press Release; Staff Report and Statement by the Executive Diretor for the Democratic Republic of Congo", Dezembro de 2022.
  - FMI, Country Report No. 22/306, "Fifth Review of the Extended Credit Facility Arrangement, Request for Waiver of Non-Compliance with Performance Criteria and Review of Financing Assurances - Press Release; Staff Report and Statement by the Executive Diretor for the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe", Setembro de 2022.
  - FMI, Country Report N° 22/267, "2022 article IV consultation-press release; staff report; and statement by executive diretor for republic of Equatorial Guinea", agosto de 2022
  - FMI, Country Report n.º 22/257, "2022 Article IV consultation- press release; staff report; and statement by executive diretor for Burundi", julho de 2022
  - FMI, Country Report n.º 23/100, "2021 article IV consultation and first reviews under the extended credit facility and the extended fund facility arrangements and requests for waivers for performance criteria applicability and nonobservance and modification of performance criterion-press release; staff report; and statement by the executive diretor for Cameroon", fevereiro de 2022.
  - FMI, Country Report N° 20/146, "Request for disbursement under the rapid credit facility-press release; staff report; and statement by the executive diretor for the democratic republic of the congo", maio de 2020
  - OIT (2007) Trabalho digno e estratégias de redução da pobreza. Acessível em [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/publication/wcms\\_107650.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_107650.pdf)
  - OIT (2019) Os trabalhadores pobres ou como um emprego não é garantia de condições de vida dignas. ILOSTAT. Estatísticas do trabalho em destaque. N°6-abril 2019. Acessível em <https://ilostat.ilo.org/topics/working-poverty/>
  - Koissy-Kpein, S.A. (2013). Programas de alimentação escolar e o trade-off entre trabalho infantil e escolaridade: evidências da pesquisa BRIGHT. *Research in Applied Economics*. 5(3). <http://www.macrothink.org/journal/index.php/rae/article/view/2386>
  - Koissy-Kpein, S.A. (2020). Alcançar a igualdade de género na educação na África Subsaariana: progressos e desafios na passagem dos ODM para os ODS. In: Konte, M., Tirivayi, N. (eds) *Women and Sustainable Human Development. Gender, Development and Social Change*. Palgrave Macmillan, Cham. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-14935-2\\_9](https://doi.org/10.1007/978-3-030-14935-2_9)
  - Magrin G., e r Ninot, O., (2020), "Transitions et développement en Afrique :un continent d'incertitude", *Bulletin de l'association de géographes français* [Online], 97-4 | 2020, Online desde 31 de dezembro de 2021, ligação em 10 de julho de 2023. URL: <http://journals.openedition.org/bagf/7168>; DOI: <https://doi.org/10.4000/bagf.7168>

- Sumner, A. , Hoy, C. , Ortiz-Juarez, E. (2020) Estimativas do impacto da COVID-19 na pobreza mundial. Documento de Trabalho WIDER 2020/43. Helsínquia: UNU-WIDER. <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2020/800-9>
- Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão da População (2022). *Perspetivas da população mundial 2022: Resumo dos resultados*. UN DESA/POP/2022/TR/NO. 3.
- Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão da População (2022). *Perspetivas da população mundial 2022*, edição em linha.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022. Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-22: Tempos Incertos, Vidas Inquietas: Moldando o nosso Futuro num Mundo em Transformação. Nova Iorque.
- UNESCO (2000) *Alcançar a Educação para Todos: Desafios Demográficos*. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000123481\\_fre.locale=fr](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000123481_fre.locale=fr)
- UNESCO. (2015). *Relatório de Monitorização Global da EPT, Educação para Todos 2000-2015: Conquistas e Desafios*. Paris: UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <https://en.unesco.org/gem-report/report/2015/education-all-2000-2015-achievements-and-challenges>
- UNESCO (2016). *Relatório de Monitorização Global da Educação. Revisão de Género. Criando Futuros Sustentáveis para Todos*. Paris, França: UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura,
- UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, UNFPA, PNUD, ONU-Mulheres e ACNUR, (2015), *Declaração de Incheon e Quadro de Ação para implementar o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4*. Documents de référence / Reference documents, Monitoring-steering of SDG4-ED2030/ Suivi-pilotage de l'ODD4-ED2030. <http://www.education2030-africa.org/index.php/fr/ressources/publications-fr/262-declaration-d-incheon-et-cadre-d-action-pour-la-mise-en-oeuvre-de-l-objectif-de-developpement-durable-4>